

FUNDAÇÃO GETÚLIO VARGAS – FGV

CENTRO DE PESQUISA E DOCUMENTAÇÃO
DE HISTÓRIA CONTEMPORÂNEA DO BRASIL – CPDOC

O BRASIL DIZ SIM ÀS ARMAS DE FOGO

Uma análise sobre o referendo do desarmamento

Mestranda: Eulícia Esteves

Orientadora: Prof^a. Dr^a. Maria Celina Soares D'Araujo

Rio de Janeiro

2007

Agradecimentos

A realização deste trabalho não seria possível sem a orientação e a compreensão de Maria Celina Soares D'Araujo. Agradeço também a Ângela de Castro Gomes, pelo apoio fundamental na elaboração do projeto; a Mário Grynszpan, pelas palavras de incentivo que me foram tão decisivas; a Gil Vicente Vaz Oliveira, pelos livros emprestados, a leitura atenta e as horas de troca produtivas e prazerosas; e a Maurício Lissovsky pelas sugestões e pela participação na banca. Isabela Esteves também foi essencial por me trazer alegria e esperança.

Sumário

Introdução	5
1. Medo e Cidadania	7
1.1. Cultura Política: um conceito e suas revisões	7
1.2. Cultura do medo e percepções da insegurança	11
1.3. Algumas considerações sobre a cidadania	18
1.4. Percepções da cidadania e da insegurança no Brasil	21
2. Referendo do Desarmamento	29
2.1. Breve histórico do Estatuto do Desarmamento	29
2.2. Sobre a democracia semidireta ou participativa	35
2.3. Regulamentação do referendo	37
2.4. Campanha na TV: principais argumentos das duas Frentes	40
2.5. Os eleitores vão às urnas	47
2.6. Sobre o resultado da votação	49
3. As Vozes dos Eleitores	53
3.1. Metodologia	53
3.2. Os jornais e o referendo	55
3.3. Breve análise quantitativa	57
3.4. O que andou nas cabeças e nas bocas	60
3.5. Diferenças regionais	74
Conclusões	76
Anexos	80
Bibliografia	86

Resumo

O trabalho analisa o processo eleitoral do referendo sobre a proibição da comercialização de armas de fogo e munição no Brasil a partir das percepções e motivações dos eleitores. Tendo como fonte de pesquisa as cartas de leitores de três jornais de grande circulação no país, pretende identificar os principais valores, sentimentos e argumentos mencionados na justificação do voto. Para isso, apresenta algumas considerações sobre cultura política, cultura do medo, percepções da insegurança e da cidadania no Brasil.

Abstract

This work analyses the electoral process of the referendum on the prohibition of the commercialization of firearms and ammunition in Brazil through the perceptions and motivations of the voters. Using as its source of data the letters of readers of three major newspapers in Brazil, it is intended to identify the main values, feelings and arguments put forward to justify voting. It thus presents several considerations on political culture, the culture of fear, and perceptions of insecurity and citizenship in Brazil.

Introdução

O tema desta pesquisa foi definido em meio à campanha do referendo do desarmamento no Brasil, sob o impacto das notícias de jornais, da propaganda política e da onda de debates que se propagou em escolas, associações comunitárias e universidades. Pela primeira vez na história mundial, a população de um país iria decidir sobre a proibição (ou não) do comércio de armas de fogo e munição dentro de seu território.

Estamos falando de um país de cerca de 170 milhões de habitantes, com altas taxas de homicídio, os maiores índices de desigualdade, um território continental e uma rica diversidade cultural. Estamos falando também de segurança pública, de indústria armamentista e de direitos e deveres do Estado e dos cidadãos. O tema é vasto e complexo e a análise proposta por este trabalho é apenas uma forma possível de examiná-lo.

Aqui, pretendemos discutir o referendo, ocorrido em 23 de outubro de 2005, a partir das vozes de alguns eleitores. As cartas publicadas durante a campanha em jornais de grande circulação serão o ponto de partida desta trajetória, que buscará interpretar o que “andava nas cabeças e nas bocas” daqueles que constituem a nossa amostra; que buscará interpretar a percepção do eleitorado (suas crenças, justificativas e opiniões) em relação às duas alternativas que se apresentavam à população: o Sim, posição favorável à proibição do comércio de armas e munição, e o Não, contrário a essa proibição.

É importante ressaltar que uma eleição traz à tona tensões, disputas e conflitos que se processam principalmente no campo simbólico e que têm muito a nos revelar sobre as referências e formas de interpretação da realidade de uma população. Por isso, acreditamos que o resultado do referendo também possa nos apontar para aspectos de nossa cultura política, de um processo histórico, da forma de nos pensarmos e nos percebermos como cidadãos.

Pretendemos apresentar uma interpretação para um acontecimento recente e sem precedentes em nossa história (aspectos que impõem certas dificuldades à pesquisa). O leitor não encontrará neste trabalho uma análise da eficácia ou dos erros das campanhas exibidas no horário de propaganda eleitoral. Ainda que a propaganda televisiva seja uma

importante fonte de pesquisa, visto que foi o *locus* do confronto por excelência, a grande arena de mobilização de argumentos de defesa e ataque das duas propostas em disputa, optamos por uma análise focada no destinatário das campanhas, pois importa-nos saber como o “cidadão comum” recebeu, decodificou e reagiu aos símbolos, mitos, crenças e valores acionados neste processo. Assim, tentaremos “decifrar” as orientações valorativas dos brasileiros diante da possibilidade da escolha; os aspectos culturais levados em consideração na decisão do voto.

Partimos de algumas considerações sobre os conceitos de cultura política e cidadania para relacioná-los à questão do medo e das percepções da insegurança. Recorremos a alguns estudos clássicos sobre os medos que emergiram no mundo ocidental a partir da modernidade para, em seguida, apresentar algumas estatísticas e análises sobre o medo, as percepções da insegurança e os principais discursos de enfrentamento dos problemas da criminalidade e da violência no Brasil.

No segundo capítulo, apresentamos um breve histórico do Estatuto do Desarmamento (suas origens, sua regulamentação), instrumento jurídico que provocou a realização do referendo das armas. Sobre o referendo, baseados em estudos já realizados por alguns pesquisadores, tecemos algumas considerações sobre as campanhas eleitorais das duas Frentes e sobre o resultado da votação.

Em seguida, na análise das cartas publicadas nos jornais *O Globo* (RJ), *A Tarde* (BA) e *Zero Hora* (RS), identificamos os principais argumentos dos leitores, suas queixas, seus temores, para tentar chegar às principais motivações que levaram os eleitores de nossa amostra (e grande parcela da população brasileira) a dizer Não à proibição da venda de armas e munição no país. Nosso desejo é que o trabalho sirva para investigações futuras, que contribua para a ampliação da discussão em torno da nossa cidadania e que, a partir dele, se possa compreender um pouco mais o que pensa e sente o brasileiro sobre temas como violência, criminalidade e segurança pública.

1. Medo e Cidadania

1.1. Cultura Política: um conceito e suas revisões

Entre as muitas interpretações possíveis para o resultado de uma eleição, podemos dizer que ele é condizente com a cultura política (ou com a cultura política dominante) de determinada sociedade. Nessa ótica, estamos lançando um olhar sobre a política a partir da perspectiva cultural, levando em consideração um conjunto de códigos, crenças, valores, opiniões e sentimentos que podem configurar e explicar a adoção de certo comportamento político por indivíduos ou grupos sociais em circunstâncias específicas.

Cultura política, segundo José Álvaro Moisés, é um conceito que “tem uma história polêmica no desenvolvimento das ciências sociais”. Isso porque, como objeto de estudo de autores muito distintos, “deu origem a abordagens diferentes e, às vezes, contraditórias” (*apud* Gohn, 1999: 46). Numa breve retrospectiva sobre as origens do conceito, Moisés identifica o emprego de uma visão “culturalista” da política em trabalhos de Rousseau, Burke, Tocqueville e Gramsci, associando-a ao longo processo de secularização da esfera política no mundo ocidental. Lúcio Rennó, no entanto, já destaca a presença de concepções e categorias da teoria da cultura política – subculturas políticas, cultura política das elites, socialização e mudança na cultura – mesmo que de forma subentendida, nos primórdios da ciência política, em autores como Platão e Aristóteles, além de Maquiavel, Montesquieu, Rousseau e Tocqueville (Rennó, 1998: 71). De qualquer forma, somente no século XX seria desenvolvida uma teoria da cultura política, para a qual muito contribuiu Max Weber em seus estudos sobre religião, especialmente sobre a relação entre o *ethos* capitalista e a ética protestante, em que destacou a importância dos fatores subjetivos na análise da realidade social. Finalmente, Gabriel Almond e Sydney Verba, na obra *The civic culture* (1963)¹, “inauguraram” o conceito, que seria alvo de muitos debates, críticas e “re-significações” nas décadas posteriores.

¹ *The civic culture: political attitudes and democracy in five countries* (1963).

Quando criado por Almond e Verba, o conceito trazia em si novos paradigmas. Com ele, os autores defendiam a interpretação do comportamento político de uma população a partir de aspectos subjetivos (percepções, sentimentos e valores, por exemplo), afastando-se “das explicações mais em voga da ciência política de sua época, marcadas por uma forte ênfase no estudo das instituições políticas, que ainda não haviam conseguido desvencilhar-se das origens judicialistas da disciplina” (Borba, 2005: 149). E já se contrapunham à “teoria da escolha racional”, segundo a qual as escolhas políticas são orientadas por uma lógica que se processa em cálculos de custo/benefício.² Almond e Verba defendiam que a estabilidade dos regimes democráticos estava intimamente relacionada às atitudes e orientações dos cidadãos em relação aos assuntos políticos, orientações estas que podiam ser classificadas em três tipos: cognitiva, afetiva e avaliativa. Nesse esquema, a orientação cognitiva refere-se aos conhecimentos e crenças acerca do funcionamento do sistema político, seus papéis e seus titulares; a “orientação afetiva” traduz os sentimentos sobre o sistema político; e a “orientação avaliativa” é relativa ao julgamento e às opiniões sobre os objetos políticos, que combinam critérios de valor com informações e sentimentos (Almond e Verba, 1989 *apud* Borba, 2005).

A partir daí, os autores também propuseram uma tipologia para distinguir diferentes “estágios” de culturas políticas e uma metodologia para investigar o percurso das sociedades em direção ao que eles chamaram de “cultura cívica”. Nesta concepção, definiam a existência de uma cultura paroquial, caracterizada pela completa alienação das pessoas em relação ao sistema político e pela limitação ao mundo privado da família ou da tribo; uma cultura súdita, na qual as pessoas se relacionam com o sistema político, mas limitam-se a perceber o produto das decisões político-administrativas; e de uma cultura participativa, que “acrescentaria uma percepção do processo decisório em si e uma visão do indivíduo como membro ativo do sistema” (Carvalho, 1996: 2). A cultura cívica, ideal, seria caracterizada pela participação dos cidadãos numa democracia de tipo liberal, como a existente nos EUA e seria distinguida pelo envolvimento dos cidadãos nos assuntos da coletividade, a consciência cívica, o respeito às leis e as “atitudes de moderada deferência do público diante das autoridades” (Moisés, 1992 *apud* Gohn, 1999: 48). A presença de tais

² Embora a teoria da escolha racional tenha emergido com força nos anos 1980 e 1990, um dos primeiros livros que procuraram explorar as suas aplicações na área da Ciência Política foi *An economic theory of democracy* (1957), de Anthony Downs.

valores, nessa abordagem, poderia ser explicada pelos processos de socialização na infância (na família e na escola) e também na vida adulta (nas associações, partidos políticos etc.).

Tais pressupostos vêm sofrendo diversas críticas desde a sua elaboração. Nos anos 1970, alguns pensadores consideraram que as pesquisas baseadas em atitudes, comportamentos e opiniões expressavam uma “falsa consciência” e não a realidade dos fatos e fenômenos. “Haveria na análise de Almond e Verba, por exemplo, a ausência de consideração quanto às estruturas econômica e política” (Gohn, 1999: 50). Para outros, os estudos culturalistas seriam menos eficazes do que a teoria da escolha racional em ascensão. Com esta,

“a economia substituiu a psicologia na explicação das ações coletivas dos indivíduos e grupos. Atores dotados de racionalidade, priorizando escolhas que contemplassem seus interesses, eram destacados como matrizes explicativas das ações coletivas, e não mais indivíduos influenciados pela socialização familiar ou pelos constrangimentos dados pelas estruturas macroeconômicas e políticas” (Gohn, 1999: 51).

Outra crítica diz respeito à abordagem “desenvolvimentista” do conceito em sua formulação original, centrada nos estudos sobre a transição de modelos políticos “tradicionais” (ou atrasados) para modelos políticos “modernos” (Gomes, 2005: 28). Essa perspectiva descarta as diferentes experiências históricas de cada sociedade ao entender que todas elas devam seguir uma mesma trajetória linear. Além disso, acaba por conferir uma superioridade aos valores cívicos fundados na cultura liberal-democrática de matriz anglo-saxônica, cultura esta que corresponderia a um modelo ideal de sociedade. Em outras palavras, a abordagem apresenta um forte traço etnocentrista ao defender uma normatização baseada em determinado tipo de experiência histórica vivenciada por certos países.

No entanto, para além das críticas, o conceito vem ganhando novos significados e aplicações. Isso porque, para alguns pesquisadores, os estudos de cultura política, ao inaugurar uma nova forma de analisar e explicar a política, “já mostraram que são capazes de responder a questões negligenciadas por outras abordagens” (Kuschnir e Carneiro, 1999: 20). São capazes de interpretar o imaginário, as questões simbólicas que permeiam o comportamento político de determinado grupo social, colocando em pauta as vivências e percepções de mundo dos atores individuais e coletivos. “Ou seja, realizando o exercício

historiográfico que implica se deslocar no tempo e no espaço, compreendendo as orientações dos atores segundo seus próprios códigos culturais” (Gomes, 2005: 30).

Partindo desta abordagem (e rejeitando a tipologia e as análises quantitativas da escola da cultura política norte-americana, bem como a naturalização dos regimes democráticos), vários estudiosos têm conferido uma outra “vida” ao conceito. Em nosso trabalho, levamos em conta essas novas formulações. Karina Kuschnir e Leandro Piquet Carneiro, por exemplo, afirmam que “a noção de cultura política refere-se ao conjunto de atitudes, crenças e sentimentos que dão ordem e significado a um processo político, pondo em evidência as regras e pressupostos nos quais se baseia o comportamento de seus atores” (Kuschnir e Carneiro, 1999:1). Maria de Fátima Gouvêa e Marília Nogueira dos Santos ressaltam que cultura política é algo que nos aponta as motivações que levaram determinado indivíduo, grupo de indivíduos ou sociedade a adotar um comportamento político e não outro (2007: 92). Isso porque configura uma percepção coletiva do passado e do futuro em relação aos assuntos políticos, ou, na afirmação de Rennó (1998), forma o pano de fundo das expectativas dos cidadãos sobre a realidade política. Ângela de Castro Gomes, por sua vez, nos chama a atenção para o fato de o conceito nos aproximar de uma “certa visão de mundo” e possibilitar a investigação das condutas dos atores sociais num tempo mais longo, “redimensionando o acontecimento político para além da curta duração”:

“Justamente por isso, a constituição de uma cultura política demanda tempo, sendo um conceito que integra o universo de fenômenos políticos de média e longa duração. Uma postulação que não exclui a existência de movimentos e de transformações no interior de uma cultura política, mas que adverte para o fato de eles não serem nem rápidos, nem contingentes, nem arbitrários, havendo pontos mais resistentes e outros mais permeáveis” (Gomes, 2005: 31).

Tal compreensão enfatiza a importância da pesquisa histórica neste tipo de abordagem. Para Henrique Castro, “em vez de enquadrar as diferentes sociedades em uma tipologia construída *a priori*, os estudos de cultura política devem servir para que se construa uma compreensão da realidade que considere as diferentes experiências históricas” (1980). Marcelo Baquero afirma, ainda, que “a cultura política de uma sociedade é o

resultado de um padrão de orientações cognitivas, emocionais e valorativas que, além de estáveis, tornam-se vivas e atuantes ao longo do tempo”. Por isso,

“a análise da cultura política de uma sociedade pressupõe a necessidade de caracterizar os diferentes contextos histórico-culturais que irão contribuir para a sua configuração. Assim sendo, a compreensão da sociedade brasileira deve ser vista como resultado de um processo interativo e cumulativo de experiências vividas, cujas matrizes políticas podem ser identificadas pela determinação de seu processo de formação histórica” (Baquero, 2001:102).

Ainda em relação ao conceito, vale ressaltar também que não se trata de uma categoria homogeneizadora, que pretenda descartar ou minimizar os conflitos existentes nas sociedades. Alguns historiadores, por isso, têm preferido enfatizar a existência não de uma, mas de diversas “culturas políticas” no interior dos grupos sociais. Mesmo assim, “competindo entre si, complementando-se, entrando em rota de colisão, a multiplicidade de culturas políticas não impediria, contudo, a possibilidade de emergência de uma cultura política dominante, em certo lugar, em certas conjunturas” (Gomes, 2005: 31).

Partindo destes princípios, podemos dizer que uma cultura política engloba as percepções acerca da cidadania, do papel do Estado e suas instituições, bem como os sentimentos, medos, as opiniões e compreensões de uma sociedade em torno dos temas políticos. Por esse motivo, tal referencial é utilizado neste trabalho para a compreensão de algumas falas a respeito do referendo das armas, falas carregadas de simbologias, tradições, temores e (des)esperanças. Falas nas quais o medo às vezes surge como força motriz de certas práticas e opiniões.

1.2. Cultura do medo e percepções da insegurança

Muito já se escreveu sobre o(s) medo(s), seus usos e suas implicações em diferentes épocas e em sociedades diversas. Entre esses estudos, é recorrente a idéia da existência de uma dimensão histórica e cultural do medo, tido como algo que pode ser produzido e reproduzido com finalidades específicas, sob certos códigos e contextos, para atender a determinadas demandas sociais. Em outras palavras, ele é fruto de uma construção coletiva,

que, como afirma Mary Douglas, não acontece numa sociedade de forma neutra ou aleatória. “Antes, há escolhas valorativas, morais e políticas na eleição daquilo que deve ser temido por seus membros” (*apud* Leal, 2005: 7).

Jean Delumeau (1989) defende que, no começo da Idade Moderna, a Europa estaria tomada pelo medo das pestes, pragas, invasões e conflitos religiosos. Tal sensação de insegurança, alimentada pelos meios de comunicação da época (a imprensa, o teatro religioso, as gravuras e pregações nas igrejas), acabou legitimando campanhas de repressão e perseguição, como a caça às bruxas, aos leprosos, judeus e mulçumanos. Isso porque, “durante o Renascimento, a Igreja habilmente manipulou e canalizou os medos populares para consolidar e estender o seu poder político e simbólico, mesmo quando a revolução mental secular levada a cabo pela burguesia estava ganhando fôlego” (Wacquant, 2003: 7).

Na modernidade, o homem começa a querer traçar e explicar o seu destino ao mesmo tempo em que se propõe a dominar a natureza por intermédio da ciência, atenuando, prevenindo e/ou eliminando a escassez e as calamidades naturais. “Ao organizar-se socialmente de forma racional (...), ele se libertaria do mito, da irracionalidade, dos dogmas da Igreja, da superstição, do uso arbitrário do poder e também do lado sombrio, visto como próprio da sua natureza” (Leal, 2005: 2). Tal curso de secularização vai culminar nas revoluções burguesas dos séculos XVII e XVIII, que produziriam, segundo Michel Foucault, as sociedades disciplinares. Nesse mundo que começa a se industrializar, algumas instituições passam a garantir a normalidade do trabalhador, a construir sua identidade e torná-lo dócil e útil à emergente sociedade capitalista. Prisões, manicômios, escolas, fábricas e hospitais moldam esse novo homem, adestrando o seu corpo, aproveitando ao máximo sua capacidade produtiva e atenuando os perigos que ele possa causar (Foucault, 1985). O medo da anormalidade passou, então, a fazer parte de sociedades que, cada vez mais, temiam o “outro”, o “louco”, o “perigoso”. “Nesse processo de racionalização, as causas do medo que vinham, sobretudo, da natureza se deslocam para o próprio homem como principal fonte de ameaça para a humanidade” (Leal, 2005: 4).

Para Foucault, se até o século XVII o grande perigo social na Europa era representado pelos camponeses, que empunhavam suas foices para atacar castelos e cidades nas épocas de má colheita ou do pagamento de impostos, a partir do século XVIII ocorre

uma mudança no eixo das tensões³. Há uma elevação do nível de vida no campo, as revoltas urbanas tornam-se mais freqüentes com o aparecimento de uma população operária que começa a se proletarizar e, nesse processo de industrialização, nasce o “medo urbano”, a angústia diante da cidade que cresce de forma nunca vista:

“medo das oficinas e fábricas que estão se construindo, do amontoamento da população, das casas altas demais, da população numerosa demais; medo também das epidemias urbanas, dos cemitérios que se tornam cada vez mais numerosos e invadem pouco a pouco a cidade; medo dos esgotos, das caves sobre as quais são construídas as casas que estão sempre correndo o perigo de desmoronar” (Foucault, 1985: 87).

As tensões políticas e econômicas no interior das cidades vão acirrando os embates entre burgueses e plebeus, até que, no século XIX, o pobre transforma-se definitivamente num grande “perigo”. Isso porque a população pobre se tornou “uma força política capaz de se revoltar ou, pelo menos, de participar de revoltas” (Foucault, 1985: 94), além de ser vista como propagadora de epidemias, sujeiras e desvios de conduta. O espaço urbano começou a ser dividido, regulamentado, e foram criados, sobretudo em Paris, os bairros de ricos e pobres, visto que a proximidade das classes passou a ser considerada uma ameaça política e sanitária. O medo das insurreições inspirou projetos higienistas, educacionais e urbanísticos. Ruas foram alargadas para combater a insalubridade e também para dificultar a construção de barricadas e facilitar a atuação das polícias em ocasiões de conflito. Ao mesmo tempo, as muralhas das cidades européias foram sendo derrubadas, não só pela necessidade de expansão, mas pela percepção de que o inimigo, agora, não era tanto externo, mas estava dentro da cidade: era a massa de homens sem propriedade (Bresciani, 2002: 27).

A industrialização gerou um quadro alarmante de pobreza e de desigualdades. Inspirados pelas idéias socialistas, os novos proletários, que enfrentavam nas fábricas condições desumanas de trabalho – longas jornadas, insalubridade, baixíssimos salários – começaram a se organizar e a lutar para impor limites à exploração a que eram submetidos.

³ No entanto, Georges Lefebvre, no clássico *O grande medo de 1789*, ressalta que, em meados do século XVIII, as revoltas camponesas ainda ocorriam com certa freqüência e tiveram grande importância na deflagração da Revolução Francesa.

Ao longo dos séculos XIX e XX, eles foram conquistando direitos sociais e transformando, segundo a argumentação de Marx, o Estado em agente dos trabalhadores:

“Nas atuais circunstâncias, nossa única via passa por lei gerais decretadas pelo poder do Estado (...). Ao conquistar tais leis, a classe operária não fortalece as forças governantes. Pelo contrário, ela as transforma de adversárias dos trabalhadores em seus agentes. Ela obtém por leis gerais o que seria sem sentido tentar ganhar por qualquer montante de esforço individual” (Marx *apud* Singer, 2003: 233).

Aos poucos, redes de seguro social vão sendo patrocinadas ou subsidiadas pelo Estado, ao mesmo tempo que algumas leis passam a proteger os trabalhadores em relação a acidentes de trabalho, enfermidades e velhice. O estado de bem-estar (*welfare state*) passou a ser concebido como um direito que paulatinamente foi se estendendo a várias categorias, inicialmente na Alemanha e depois na Áustria, na Grã-Bretanha, na Hungria e nos países escandinavos. “Em 1913, véspera da guerra, os gastos públicos com proteção social como percentagem do PIB eram 4,1% na Alemanha, 4,2% na Grã-Bretanha e 3,8% na Suécia, sendo insignificantes ou desconhecidos nos demais países” (Singer, 2003: 238). Mas, depois da Primeira Guerra (1914-1918), a luta por direitos sociais ganhou impulso, tanto como uma espécie de cobrança pelos esforços empreendidos durante o conflito como pela vitória bolchevique na Revolução Russa de 1917, que instituiu o primeiro regime nacional que se identificava como socialista, servindo de inspiração aos “operários de todo o mundo” e provocando temor nas classes dominantes, que ficaram mais sensíveis às reivindicações operárias. Acabada a guerra, a criação da Organização Internacional do Trabalho (OIT) visou a promover a generalização dos direitos sociais, a partir da constatação de que uma paz universal e duradoura só poderia ser estabelecida se estivesse baseada na justiça social. Por esse motivo, considerando a existência de “condições de trabalho que impõem tal injustiça, sofrimento e privação a um grande número de pessoas”, a paz e harmonia do mundo estariam em perigo e, por isso, era “urgente uma melhoria dessas condições”.⁴ O mundo ocidental vai desenvolvendo o Estado Previdenciário, que atinge o seu ápice nos trinta anos que se seguiram à Segunda Guerra Mundial.

⁴ Preâmbulo da Constituição da OIT (1919).

“A culminação do estado de bem-estar no fim dos ‘anos dourados’ se explica, em grande parte, pela prevalência do pleno emprego durante o período. (...) O pleno emprego alcança então o status de um quase direito na maioria dos países capitalistas democráticos e, portanto, de um quase dever do Estado. Seria o “direito ao trabalho” ansiado pelos trabalhadores organizados, tornado realidade indiretamente pela aplicação consistente de políticas de estímulo à demanda efetiva” (Singer, 2003: 253).

A partir dos anos 1980, no entanto, uma mudança no pensamento dominante do mundo capitalista é provocada pela “crise do Estado Providência”, crise que segundo Pierre Rosavallon teve origens financeiras e ideológicas. As despesas sociais, especialmente com saúde, que já cresciam desde a década de 1970 em ritmo muito maior que as receitas, provocaram um grande aumento nos tributos obrigatórios.

“A crise ideológica (...) traduz a suspeita de que o Estado empresário não administra eficazmente os problemas sociais. Ela corresponde à dúvida a respeito de um instrumental cada vez mais opaco e crescentemente burocratizado, que prejudica a percepção da sua finalidade e provoca uma crise de legitimidade.” (Rosavallon, 1998: 24).

Nesse contexto, com a ascensão do que se chamou de neoliberalismo econômico, cresce a percepção de que a manutenção do pleno emprego não cabe ao Estado, mas ao livre funcionamento dos mecanismos de mercado. Os demais direitos sociais, sobretudo nos anos 1990, passam a ser considerados gastos públicos desnecessários, onerosos e paternalistas. Os direitos trabalhistas vão sendo flexibilizados, ao mesmo tempo em que há um aumento das formas precárias de trabalho, como as contratações temporárias e o trabalho informal. O desemprego e a pobreza aumentam vertiginosamente e, “nesta situação, cresce a criminalidade e a violência criminosas, o que aprofunda o fosso social entre os bolsões de pobreza, que são muitas vezes fortins do crime organizado, e os que dispõem de trabalho regular bem remunerado” (Singer, 2003: 258).

Para alguns autores, como Zygmunt Bauman e Loïc Wacquant⁵, o enfraquecimento do Estado tem reflexos na construção de novos medos e modos de lidar com eles. Os temores relacionados à ameaça do desemprego⁶, da pauperização e do endividamento,

⁵ Ver Vera Malaguti Batista (O medo na cidade do Rio de Janeiro – capítulo 3).

⁶ Pesquisa realizada em 2005 pelo Instituto Latinobarômetro apontou que 75% dos trabalhadores da América Latina estavam temerosos de ficar sem emprego nos próximos 12 meses. No Brasil, essa taxa era de 76%. Em

somados a sentimentos de desamparo social e de vulnerabilidade diante da violência urbana, têm provocado o aumento do consumo de drogas legais e ilegais, o sucesso da literatura de auto-ajuda (Birman *apud* Batista, 2003: 87-92), bem como o crescimento do mercado de segurança privada. Constatou-se que o Estado, sozinho, não tem mais condições de garantir a segurança pública e, por isso, passa a delegar responsabilidades à família, à escola, aos empregadores, aos profissionais da saúde e aos próprios cidadãos. Estamos vivenciando, segundo Deleuze (1992), a ascensão de um tipo de controle que é exercido por meio da informação, da idéia de prevenção, e que transfere para os indivíduos a responsabilidade pelas conseqüências de seus atos. Nesse contexto, são produzidos e amplamente divulgados os diagnósticos, as estatísticas, os discursos de especialistas, que provocam atitudes calculadas e ponderadas diante dos riscos.

“A percepção da suposta ameaça, e das suas conseqüências como algo real, desdobra-se em necessidade de segurança e ações preventivas que limitam a liberdade individual e, em muitos casos, resultam mais danosas do que a própria ameaça em potencial” (Leal, 2005: 5).

Ao mesmo tempo, Wacquant defende que, nos últimos 25 anos, as políticas de segurança têm sido reduzidas a políticas de encarceramento, de “caça aos pobres” e penalização da precariedade (*apud* Batista, 2003: 81). À medida que os problemas sociais são considerados problemas penais, “casos de polícia”, há um grande crescimento das taxas de detenção e da estrutura prisional, ao passo que os consumidores falhos, desempregados ou subempregados, transformam-se em inimigos públicos, aos quais não se deve proteger. “O que era entendido anteriormente como direito do cidadão, como rede de segurança coletiva, passa a ser interpretado como caridade, estigma dos incapazes e imprevidentes” (Batista, 2003: 82). Excluídos do consumo, restam a esses novos inimigos o gueto e o presídio.

“Difamados como sendo um sorvedouro do ‘dinheiro dos contribuintes’, associados no entendimento público a parasitismo, negligência censurável, promiscuidade sexual ou abuso de drogas – eles se tornam cada vez mais a visão contemporânea da recompensa do pecado, e recompensa do pecado

relação à proteção das leis trabalhistas, apenas 18% dos latino-americanos se sentiam protegidos. No Brasil, a porcentagem subia para 23%.

que nós, não só já não podemos custear, como para a qual não existe razão moral por que deveríamos tentar fazê-lo” (Bauman, 1998: 52)

Por sua vez, os meios de comunicação, como agentes de informação e de produção de sentidos sociais, contribuem para o aumento da sensação difusa de insegurança e medo, fazendo dos pobres (sobretudo negros, pardos e imigrantes) a grande ameaça das cidades contemporâneas. A violência vai ganhando destaque nos noticiários e pode até parecer maior do que realmente é. De acordo com Barry Glassner (2003), uma “cultura do medo” está sendo construída a partir de números mascarados e notícias enganosas. Ao analisar os dados da criminalidade nos EUA, Glassner constatou que, no mesmo período em que houve uma queda de 20% nas taxas de crimes, as notícias sobre a violência aumentaram 600%. Em geral, são notícias sobre “crimes hediondos” ou crimes aleatórios, que “pelos suas características, tanto de danos causados quanto de imprevisibilidades, (...) elevam a todos, indiscriminadamente, à condição de vítimas em potencial”. (Leal, 2005: 8). Assim, a mídia produz um permanente estado de alerta, com a espetacularização da violência, a repetição exaustiva de imagens assustadoras, suas vítimas, suas estatísticas fúnebres. E nesse espetáculo no qual são produzidas referências e visões de mundo, são naturalizadas as associações entre violência e pobreza, especialmente no continente americano, e também entre violência e imigração, na Europa e nos Estados Unidos. São associações que reforçam as oposições sociais entre as ditas “classes perigosas”, frequentemente representadas por negros, pobres, imigrantes ou muçulmanos, e os “cidadãos de bem” das classes médias e altas urbanas, autóctones, brancos, católicos, protestantes ou pentecostais.

Para Rocha e Eckert, “a desconfiança do outro leva ao mergulho no sentimento de esvaziamento dos sentidos coletivos, fortalecendo ainda mais as bases de um *ethos* social hiperindividualista” (Rocha e Eckert, 2005: 15). O medo, então, reforça a descrença em torno das instituições democráticas e republicanas, alimenta o sentimento do “cada um por si”, altera comportamentos, muda a arquitetura das cidades, transforma-se em discursos de vingança, de extermínio, legitima violações de direitos, constrói sociedades que corroboram o *apartheid* social. De um lado, os “cidadãos de bem” se confinam atrás de grades, muros altos e vidros blindados; do outro, pobres marginalizados sofrem com os abusos do poder da polícia, sendo considerados de forma genérica, todos, como presidiários em potencial. Nesse contexto de criminalização da pobreza, que produz imagens, discursos e políticas de

“guerra”, as concepções igualitárias e os princípios de respeito aos direitos humanos vão sendo desqualificados. Numa “guerra”, as exceções tornam-se regra, a violência se justifica, a cidadania é posta em segundo plano. É o que ocorre nas atuais “guerras” contra as drogas e contra o terrorismo, que têm sido o eixo das políticas de segurança nacional de diversos países, inclusive o Brasil, onde, segundo Nilo Batista (1997), o combate ao narcotráfico configura-se como uma “política criminal com derramamento de sangue”. A cultura do medo, portanto, tem impactos negativos sobre a cidadania, o funcionamento das instituições democráticas e a garantia dos direitos universais. Para Sedek,

“o aumento da violência é resultado de um ciclo complexo que envolve fatores como o padrão violento da ação da polícia; a descrença no sistema judiciário como mediador público e legítimo de conflitos e provedor da justa reparação; respostas violentas e privadas ao crime; resistência à democratização; e a débil percepção de direitos individuais e o apoio a formas violentas de punição por parte da população” (Sedek, 2001 *apud* Ferraz, 2006: 61).

1.3. Algumas considerações sobre a cidadania

É consenso dizer que cidadania é a garantia de direitos civis, políticos e sociais a todos os membros de um Estado democrático. Isso significa que ela compreende princípios e mecanismos que asseguram tanto a liberdade individual quanto a participação no governo e o bem-estar coletivo. Mas também é importante ressaltar que cidadania é um fenômeno histórico, que resultou das profundas mudanças que se sucederam na transição do feudalismo para o capitalismo e que inauguraram a “era dos direitos” no mundo ocidental. A revolução inglesa, no século XVII, a Reforma e a Contra-Reforma religiosas, as revoluções americana e francesa, o início da revolução industrial e a afirmação do pensamento iluminista, no século XVIII, todos esses fenômenos contribuíram para o processo de transformação do homem comum em cidadão (Mondaini, 2003:115) à medida que jogaram por terra o poder absolutista, os privilégios de nascença e a noção de predestinação.

Levar em consideração esse caráter histórico é compreender que seu sentido varia no tempo e no espaço. Por isso, da mesma forma que é muito diferente ser cidadão na

França, na Inglaterra ou no Brasil, a noção que temos de cidadania hoje não é a mesma do século XIX, visto que, dentro de uma mesma sociedade, ela também está sempre em processo de transformação. A partir das demandas por novos direitos, altera-se a concepção do que seja cidadania e do conjunto de normas, práticas e percepções que a configuram.

Como assinala Ricardo Pacheco, “cada comunidade constrói para si tanto uma representação do que sejam os direitos e deveres dos seus membros quanto as práticas legítimas para seu exercício” (Pacheco, 2001). No caso inglês, a cidadania percorreu um caminho que T. H. Marshall (1967) tornou referência. Lá, primeiro vieram os direitos civis, no século XVIII, depois houve a conquista de direitos políticos, no século XIX, e, por fim, ocorreu a demanda por direitos sociais, no século XX. Essa seria, para Marshall, uma seqüência lógica: a cidadania civil teria respaldado a reivindicação de direitos políticos e estes, uma vez conquistados, possibilitaram as lutas por uma justiça social.

Mas, em outros países, o percurso foi diferente, o que indica que não há uma única trajetória possível para a cidadania. O que importa ressaltar é que a luta por direitos se deu dentro de fronteiras geográficas e políticas definidas. Ela se desenvolveu no interior da constituição dos Estados-nação, sendo, portanto, uma “luta política nacional” (Carvalho, 2005: 12). Neste processo, a nação moderna culminou na garantia de direitos a todos os seus membros. Para Reinhard Bendix, os direitos de cidadania simbolizaram a igualdade no âmbito da nação. (Bendix, 1996: 135)

Neste ponto, vem à tona um outro aspecto da cidadania: a sua relação intrínseca com a noção de identidade nacional, ou seja, com a idéia de pertencimento a uma comunidade, de compartilhamento de símbolos e valores, de identificação com ideais que costuram e unificam as diferenças. Assim entendida, ela ganha significados que ultrapassam a sua definição como titularidade de direitos. Passa a ser uma construção social dotada de forte dimensão simbólica, compreendendo idéias, sentimentos, princípios e garantias vivenciados coletivamente.

Para um melhor entendimento deste aspecto, é válido fazer uma análise (ainda que rápida) dos significados de nação, cultura nacional e identidade nacional. No que diz respeito à nação, embora existam sobre o termo diversas conceituações, nos interessa a proposição de Stuart Hall de que ela “não é apenas uma entidade política mas algo que produz sentidos, um sistema de representação cultural”. A cultura nacional, na ótica desse

autor, é uma representação da nação, um discurso, “um modo de construir sentidos que influencia e organiza tanto nossas ações quanto a concepção que temos de nós mesmos”. As identidades nacionais, por sua vez, são produzidas por estes discursos, por estas representações. “Elas não são coisas com as quais nós nascemos (...). Nós só sabemos o que significa ser inglês devido ao modo como a ‘inglesidade’ veio a ser representada – como um conjunto de significados – pela cultura nacional inglesa” (Hall, 2004: 49).

A partir daí, Hall propõe que ser cidadão não é apenas ter direitos dentro de uma nação, mas é também participar da idéia da nação tal como representada em sua cultura nacional (Hall, 2004: 49). José Murilo de Carvalho concorda com essa concepção. Para ele, a identificação com uma nação é um ingrediente indispensável à cidadania (Carvalho, 2005:12). Podemos concluir, então, que cidadania e identidade nacional são idéias que caminham juntas, se alimentam, se complementam e são ambas construídas por representações e práticas articuladas por diversos sujeitos históricos.

Ressaltamos, portanto, que, para além da concepção da cidadania como um reconhecimento, por parte do Estado, de um conjunto de direitos, o termo nos remete à noção de imaginário social, ao modo como determinada sociedade se percebe e se representa. Remete-nos também à percepção que a coletividade tem acerca dos seus direitos e deveres, ou seja, o modo como ela pensa e age em relação às leis e aos mecanismos e agentes que garantem o seu cumprimento. Além disso, a questão da cidadania passa também pelas demandas e pressões da sociedade em relação ao Estado, que se dão não somente por meio de mecanismos regulamentados (como o voto) mas também por inúmeras práticas sociais formais ou informais, como as revoltas, as manifestações públicas, os boicotes e as atuações das associações de classe, gênero, étnicas, religiosas etc. (Pacheco, 2001).

“Vemos, portanto, que a cidadania também comporta um feixe de manifestações e pressões sociais exercidas pelos indivíduos, associações, coletividades ou grupos sociais na defesa de seus interesses. Essas são anteriores ou mesmo exteriores à legitimidade jurídica e se manifestam em diferentes práticas sociais desvinculadas do aparelho do Estado” (Pacheco, 2001).

No entanto, a cidadania não é construída somente pelas disputas políticas que se processam nas ações concretas dos indivíduos e grupos, mas também (e talvez

principalmente) no campo simbólico, a partir dos confrontos entre diferentes visões de mundo. Pacheco (2001) destaca que é no campo simbólico que os sujeitos históricos se identificam como cidadãos ou não-cidadãos e que articulam argumentações para a luta por seus interesses. O campo simbólico “constrói no interior dos indivíduos os valores necessários à manutenção das estruturas sociais, justificando determinadas práticas sociais em detrimento de outras” (Pacheco, 2001). É também uma dimensão na qual se processa o reconhecimento de direitos, de prerrogativas e de práticas sociais legítimas para o exercício da política. Sendo assim, podemos dizer que, nos dias atuais, os meios de comunicação de massa têm um papel preponderante na construção da cidadania, visto que muito contribuem para a produção de imaginários, identidades, valores, opiniões e sentimentos acerca da política e da vida em sociedade.

1.4. Percepções da cidadania e da insegurança no Brasil

No Brasil, freqüentemente nos deparamos com afirmações sobre a nossa “escassez de cidadania”, sobre a nossa falta de participação política ampla e organizada, o baixo associativismo, a fraca percepção e reivindicação de direitos, o descaso com o cumprimento de deveres, enfim, a ausência de uma cidadania ativa. Embora sejam, na maioria das vezes, por “anular” toda e qualquer forma de participação política empreendida pelos brasileiros e ratificar o “mito do cidadão democrático”⁷, tais afirmações nos fornecem indícios das dificuldades enfrentadas para a consolidação da democracia em nosso país.

Entre essas dificuldades, ressaltamos a relação de desconfiança que boa parte da população nutre pelo Estado e pelos direitos de cidadania garantidos por lei. Na constatação de Dulce Pandolfi, as instituições, as leis, muitas vezes são vistas “como um mero instrumento de controle do Estado ou de manipulação do poder e não como garantia de liberdade ou acesso aos direitos de cidadania” (Pandolfi, 1999: 58). Além disso, o princípio da igualdade entre os homens, um dos pilares da democracia e da própria cidadania, é algo ainda distante do imaginário coletivo e das práticas sociais. Segundo Maria Vitória

⁷ Para Ângela de Castro Gomes (1998: 553), o “mito do cidadão democrático” encerra a idéia de que uma democracia tem que ser formada por “cidadãos informados, dotados da consciência de seus direitos e atentos aos negócios públicos”. De acordo com este “mito”, este cidadão seria típico de democracias mais “avançadas”.

Benevides, isso se deve ao peso da história de um país escravocrata construído “em cima da pior desigualdade, na qual algumas pessoas são proprietárias de outras, tidas como bens patrimoniais”. Benevides argumenta que “um país que tem essa herança tão pesada e recente tem grande dificuldade para acreditar no pressuposto da igualdade” (Benevides, 1998).

Mas o abuso de poder por parte de instituições do Estado (como a polícia), a banalização da violação dos direitos civis, o passado ditatorial recente, a permanência da idéia de privilégios no espaço público, entre tantos outros fatores, também contribuem de forma significativa para o enfraquecimento da percepção da cidadania e da participação política entre os brasileiros. Junte-se a isso a baixa escolaridade da maioria da população e o precário acesso à informação e temos como resultado um grande desconhecimento dos direitos e o descrédito das instituições que têm o dever de assegurá-los.

Este é o quadro que emerge das pesquisas que procuram dimensionar a cidadania no Brasil. Entre elas, destacamos a pesquisa “Lei, Justiça e Cidadania” realizada pelo CPDOC/FGV em parceria com o ISER, entre setembro de 1995 e julho de 1996.⁸ Afora as ambigüidades e visões distorcidas acerca dos direitos, seus resultados mostram que a noção de cidadania é algo que não se faz muito presente na vida dos entrevistados. A maioria não soube citar três direitos sequer. Além disso, entre as respostas, percentuais significativos traduziram uma concordância com práticas de violação de direitos, como linchamentos e uso de métodos violentos para a confissão de suspeitos. Outro dado importante diz respeito justamente à percepção de igualdade perante a lei. Embora esse direito quase não tenha sido lembrado pelos entrevistados, o seu oposto, o tratamento desigual, foi assinalado. “A esmagadora maioria da população (95,7%) considera que, se uma pessoa rica e uma pessoa pobre praticarem o mesmo crime, a justiça vai tratar o pobre mais rigorosamente” (Pandolfi, 1999: 56). Esse é um dos motivos que distanciam as pessoas dos tribunais. Segundo Mário Grynszpan (1999: 113), a população não reconhece a Justiça como instituição que opere de uma forma imparcial e eficiente. Como consequência, verifica-se uma descrença na própria ordem democrática. Daí resulta também uma tendência de

⁸ Seu objetivo era avaliar a percepção dos moradores da Região Metropolitana do Rio de Janeiro em relação aos direitos e às agências encarregadas de garantir esses direitos. Os resultados podem ser encontrados em *Lei, Justiça e Cidadania: direitos, vitimização e cultura política na Região Metropolitana do Rio de Janeiro* (Rio de Janeiro, CPDOC-FGV/Iser, 1997) e *Lei, Justiça e Cidadania: cor, religião, acesso à informação e serviços públicos* (Rio de Janeiro, CPDOC-FGV/Iser, 1998).

resolução de conflitos pelas vias da esfera privada e um certo desprezo pelos canais tradicionais de participação política e social (Pandolfi, 1999: 58).

No que diz respeito ao sistema político, existe, de fato, um esvaziamento da democracia. Em 2005, uma pesquisa divulgada pelo instituto chileno Latinobarômetro confirmou que, “de todos os povos da América Latina, o brasileiro é um dos que menos prezam o regime democrático. Interrogados sobre se a democracia seria preferível a qualquer outro regime político, 59% dos brasileiros entrevistados responderam negativamente” (Comparato, 2005: 33). O Brasil, aliás, apresentou taxas inferiores à média latino-americana em vários aspectos, como na satisfação com o funcionamento da democracia (31% na América Latina e 22% no Brasil) e na rejeição a um regime militar (62% na América Latina e 56% no Brasil).

O descrédito do sistema representativo (um fenômeno mundial) aqui tem sido agravado por sucessivas crises políticas. Em pesquisa divulgada em setembro de 2005, o IBOPE Opinião afirmou que 90% dos brasileiros desconfiam dos representantes eleitos e 88% não acreditam nos partidos. Em relação aos índices verificados em 1989, o aumento foi de nove e 18 pontos percentuais respectivamente. A Câmara Federal foi alvo de 15% de confiança e 81% de desconfiança. O Senado, por sua vez, mereceu a confiança de 20% dos entrevistados e a desconfiança de 76%. Em outra pesquisa realizada pelo CPDOC/FGV entre agosto de 2004 e julho de 2005⁹, os partidos políticos foram avaliados como ruins ou péssimos por 74% dos entrevistados e o Congresso por 62%. Sobre a afirmação de que “pode-se confiar no governo na maior parte do tempo”, 47% das pessoas disseram discordar muito e 24% declararam discordar um pouco.

Além da corrupção, sempre apontada como um dos principais motivos do descrédito da população em relação aos políticos, aos partidos e às instituições públicas, a percepção de ineficácia dos governos e dos regimes democráticos em construir uma sociedade mais justa também pode ser um elemento relevante na constituição dessa “decepção” generalizada. Para José Murilo de Carvalho, o problema central de nosso sistema político hoje é exatamente o fato de um república liberal com participação ampliada não gerar igualdade, não se transformar em república democrática (2006:3). Diante dessa

⁹ Pesquisa Social Brasileira - “Cidadania, participação e instituições políticas: o que pensa o brasileiro?” (2004/2005).

constatação, uma sensação de desesperança contribui para a desqualificação da própria esfera republicana.

Tal quadro produz um aumento da sensação de insegurança, pois, se o Estado está cada vez mais desacreditado, o problema da violência tornam-se mais assustadores. Para Sérgio Adorno,

“desde meados da década de 1970, exacerbou-se o sentimento de medo e insegurança, diante da expectativa, cada vez mais provável, de qualquer cidadão, independentemente de sua condição de raça, classe, cultura, gênero, geração, credo ou origem étnica e regional, ser vítima de uma ofensa criminal” (1999: 27)

Indícios desse medo têm sido aferidos em diversas pesquisas quantitativas e qualitativas. Trabalho realizado em 2003 pelo Núcleo de Estudos sobre Segurança e Política Criminal¹⁰, da Universidade Cândido Mendes, constatou que, no Rio de Janeiro, a preocupação com a violência, de forma geral, foi considerada muito grande por 56,8% dos entrevistados e grande por 29,6%. Além disso, o direito de ir e vir com segurança pela cidade, um dos elementos fundamentais da cidadania, foi considerado ameaçado. Ao serem perguntados sobre a sensação de segurança/insegurança ao andar pelas ruas e praças da cidade, 21,6% dos entrevistados disseram-se muito inseguros e 48,8% declararam-se inseguros, enquanto apenas 10,5% se consideraram seguros. Esse temor em circular pelas vias públicas “leva os cidadãos a, freqüentemente, suspeitarem uns dos outros. Ao mesmo tempo, indica a existência de um enfraquecimento do nível de confiança do cidadão em relação às instituições encarregadas de zelar pela segurança pública.” (Morais, 2003: 33). Entre as instituições de controle e prevenção da violência, a Polícia Militar recebeu a pior avaliação dos entrevistados no quesito desconfiança (63,2% disseram não confiar na PM), seguida da Polícia Civil (com 48,9%), da Guarda Municipal (48,6%), da Justiça (43,4%) e da Polícia Federal (39,6%). A Polícia Federal, instituição considerada mais confiável, apresentou-se com um grau de confiabilidade de apenas 30%.

Outro trabalho, realizado por Ana Luiza C. da Rocha e Cornélia Eckert em Porto Alegre¹¹, revela-nos a adesão discursiva dos habitantes da cidade ao sentimento de medo,

¹⁰ Espaços Públicos: violência e medo na cidade do Rio de Janeiro (Morais, David; 2003).

¹¹ “O porto pouco seguro: estudo da cultura do medo em Porto Alegre” (Rocha e Eckert, 2005)

insegurança e desamparo. Nas entrevistas, as autoras identificaram “uma recorrente referência à condição de vulnerabilidade que se mistura a imagens de banalização e culpabilização dos órgãos públicos pela inoperância de políticas de erradicação do crime” (Rocha e Eckert, 2005: 9). Além disso, os relatos sobre a mudança de hábitos e estilos de vida e sobre o consumo de aparatos de segurança mostraram-se significativos. O medo vai produzindo um regramento de condutas, como a reclusão, cada vez maior, à segurança do lar ou a adoção de práticas de precaução nos deslocamentos. “Reféns do estranhamento, indivíduos em suas redes de pertencimento designam como perigosos às territorialidades os trajetos, as situações, os horários e os indivíduos que, potencialmente estranhos, ameaçam a ordem social”. (2005: 15). As formas de sociabilidade vão sendo sendo afetadas, o medo vai orientando práticas, costumes, representações e modos de convivência nas cidades.

No entanto, apesar dos elevados índices de criminalidade de muitas cidades brasileiras, as percepções da insegurança muitas vezes não condizem com as radiografias objetivas da violência. No Rio de Janeiro, por exemplo, as taxas de homicídios são semelhantes às da cidade de Washington¹². “No entanto, se visitarmos Washington, nós nos sentiremos muito mais seguros do que andando nas ruas do Rio de Janeiro, o que pode ser explicado, entre outras coisas, pela influência da mídia” (Lemgruber, 2006: 62). Mesmo quando as estatísticas apontam uma queda nos índices de criminalidade, a “cultura do medo” diz o contrário. As taxas de homicídio no Rio de Janeiro já foram mais altas que as atuais, embora essa não seja a percepção reinante. O índice era de 72,9 homicídios por cem mil habitantes em 1994, caiu para 36,8 em 1998 e subiu para 45,2 em 2002¹³. Os números são, de fato, elevados; no entanto, a sensação de insegurança muitas vezes é menor em bairros mais violentos e vice-versa.

Como resposta a esses medos e aos desafios impostos pela violência urbana, têm sido produzidos diferentes discursos e práticas. De forma geral, podemos dizer que vêm sendo constituídas desde a década de 1980 duas correntes de pensamento em relação ao problema da criminalidade. De um lado, como destaca Sérgio Adorno, os movimentos de defesa dos direitos humanos vêm se preocupando em “conquistar/resgatar a cidadania para

¹² Em 2000, as taxas de homicídios por 100 mil habitantes foram 43,5 no Rio de Janeiro e 42,3 na cidade de Washington. Os índices correspondem ao total de homicídios sem distinguir os cometidos com arma de fogo. *Apud* Lemgruber, 2006.

¹³ Fonte: Polícia Civil do Estado do Rio de Janeiro. *Apud* Lemgruber, 2006.

segmentos da população, como as diferentes categorias de trabalhadores empobrecidos, bem como protegê-los contra as arbitrariedades e violências perpetradas seja pelo Estado, seja por grupos da sociedade civil” (1999: 28). Para Márcia Pereira Leite, esses movimentos têm se caracterizado pela realização de projetos de promoção da solidariedade destinados sobretudo a jovens das periferias, bem como pela defesa da universalização dos direitos humanos e da “submissão das atividades policiais ao controle da sociedade civil” (2000: 82). Do outro lado, grupos ligados às polícias civil e militar, a certos setores político-partidários e órgãos da imprensa vêm propondo a adoção de métodos cada vez mais autoritários de combate à criminalidade, “reforçando percepções coletivas populares segundo as quais a única forma legítima e imperativa de conter a violência do delinqüente é o recurso à violência policial sem interditos legais ou morais” (Adorno, 1999: 28).

Tais discursos e políticas, que contam com um espaço privilegiado na mídia e têm conquistado cada vez mais adeptos, são contraditórios à noção e aos princípios de cidadania. À medida que os meios de comunicação concentram “a causa da insegurança e do medo numa parte da população que pode ser nomeada, reconhecida e localizada” (Leal, 2005: 9) e que a contenção da violência torna-se a principal reivindicação das classes altas e médias amedrontadas, tornam-se legítimas práticas abusivas e também violentas de prevenção e combate à criminalidade, em nome da manutenção da ordem pública. Um exemplo disso são as altíssimas taxas de uso da força letal por parte da polícia no Brasil. Em 2002, a polícia no Rio de Janeiro matou 900 pessoas e a de São Paulo matou mais de mil, enquanto nos Estados Unidos, a polícia mata, em média, 300 pessoas por ano em todo o país (Lemgruber, 2006: 70).

“Muitas vezes, sob pressões da ‘opinião pública’, as políticas públicas de segurança formulam diretrizes às agências policiais no sentido de conter a violência a qualquer custo, mesmo que para isso seja necessário comprometer vidas de indivíduos suspeitos do cometimento de crimes” (Adorno, 1999: 27).

Para justificar uma política de violação dos direitos humanos é preciso reforçar o caráter “perigoso” dos “suspeitos”, dos “inimigos” em potencial. A metáfora da guerra, por exemplo, tem sido empregada com bastante frequência para desculpar os “excessos” cometidos pelos agentes do poder público em relação aos moradores de bairros populares e

periferias. Segundo Vera Malaguti Batista, a favela, na imprensa carioca, é caracterizada como “viveiro de monstros”. Nos jornais, as metáforas biológicas as associam a tumores, cogumelos e amebas, enquanto seus moradores “são denominados de animais, insetos, feras, cupins, vírus” (2003: 7). Diante desses males, justificam-se a limpeza, a extirpação e o extermínio.

“É como se a memória do medo, milimetricamente trabalhada, construísse uma arquitetura penal genocida cuja clientela-alvo se fosse metamorfoseando infinitamente entre índios, pretos, pobres e insurgentes. É como se torturadores estivessem sempre a postos, prontos para entrar em cena e limpar o jardim” (Batista, 2003: 8).

Nesse contexto, há uma mudança na configuração do espaço urbano. Muros altos, grades, guaritas e cancelas são elementos constituintes das novas paisagens, bem como as inúmeras trancas, câmeras, os cacos de vidro e arames farpados. Segundo Sônia Maria Ferraz, uma “arquitetura da violência” vai sendo construída para atender às expectativas do mercado e dos interesses dominantes. Nos bairros nobres das grandes cidades, como o Rio de Janeiro e São Paulo, surgem fortalezas que nos remetem ao passado. “Como estratégia de proteção patrimonial são variadas as combinações e apropriações de linguagens arquitetônicas que produzem e reforçam, por exemplo, o caráter medieval e/ou carcerário de grande parte dessas construções” (2006:65). Construções que se prestam ao confinamento de seus habitantes, ao distanciamento, à exclusão do contato com o outro, tornando mais visível o *apartheid* social.

A população pobre das periferias ou das favelas, por sua vez, não dispõe de tantos recursos e não encontra ecos em suas reivindicações por segurança. No entanto, é a que mais sofre com a violência imposta por criminosos de todo tipo. É também a grande fornecedora de números para o sistema carcerário ou para as estatísticas de homicídios. “Só no Rio de Janeiro foram assassinadas mais de 5.000 pessoas no primeiro semestre de 2003, em sua grande maioria provenientes da mesma extração social, da mesma faixa etária e de mesma etnia” (Batista, 2003: 8). Para Márcia Pereira Leite, há uma presunção de que os direitos civis e humanos dos favelados são incompatíveis com a segurança pública (2000: 79). Por isso, não há visibilidade para tal “genocídio”, pois, na lógica do sistema de exclusão, esses jovens, negros e pobres não são reconhecidos como parte integrante da

sociedade. Como propõe Michel Misse, para que haja esse reconhecimento, é preciso garantir o acesso a um conjunto de direitos civis, sociais, econômicos, humanos enfim.

“Por outro lado, como você poderá ter acesso a tudo isso se você não é reconhecido como cidadão, não é reconhecido como membro desta sociedade? Quando você é morto, quem se interessará em apurar o crime, em punir seus responsáveis, se sou indiferente ao seu destino pessoal?” (Misse, 2006: 27).

A respeito desse quadro de exclusão e de violência institucionalizada, Vera Malaguti defende que ele ainda é reflexo dos processos históricos relacionados à escravidão no Brasil. Ao analisar a sociedade imperial escravocrata, a autora propôs que o medo das insurreições, das rebeliões negras e dos próprios negros moldou as nossas políticas de lei e ordem. Aquela sociedade “precisava também de um medo desproporcional à realidade para manter violentas políticas de controle sobre aqueles setores que estavam potencialmente a ponto de rebelar-se e implantar a ‘desordem e o caos’”. (2003: 30) Para Malaguti, esse medo vem sendo trabalhado desde a colonização da América, “na incorporação do modelo colonial escravista e na formação de uma República que incorpora excluindo, com forte viés autoritário” (2003: 23). Atualmente, ainda somos prisioneiros desse medo: o medo da descida dos morros, das “hordas” de meninos pretos e pardos, dos inimigos pobres e favelados. “A massa negra, escrava ou liberta, se transforma num gigantesco zumbi que assombra a civilização; dos quilombos ao arrastão nas praias cariocas” (2003: 21).

2. Referendo do Desarmamento

2.1. Breve histórico do Estatuto do Desarmamento¹⁴

Recordista mundial no número de vítimas fatais por armas de fogo (em termos absolutos), o Brasil tem 2,8% da população do planeta e responde por 13% dos homicídios causados por pistolas, revólveres, fuzis e metralhadoras pequenas, as chamadas “armas de pequeno porte”.¹⁵

Segundo o IBGE, em 20 anos (de 1980 a 2000), cerca de 600 mil brasileiros foram assassinados. Na guerra civil de Angola, que durou 27 anos (de 1975 a 2002), morreram 550 mil. O Brasil também é líder no total de homicídios no continente americano (cometidos não só com armas de fogo), superando a Colômbia, os EUA e o México.

No que diz respeito ao uso das armas, embora os EUA sejam considerados um país de forte tradição bélica, lá a taxa de homicídios cometidos por arma de fogo é 4,1 por 100 mil habitantes, enquanto no Brasil é 21,2. Essas taxas correspondem ao ano de 2002, em que morreram 30.242 pessoas nos EUA e 38.088 no Brasil. Em 2003, o número de brasileiros vítimas das armas subiu para 39.284 pessoas, o que fez os sociólogos Antônio Rangel Bandeira e Josephine Bourgois, pesquisadores da ONG Viva Rio, concluírem que “neste magnífico país tropical, destinado a ter um povo feliz, morrem por dia em média 108 pessoas, ficam feridas 53 e a cada 13 minutos cai alguém fulminado por um tiro” (Bandeira e Bourgois, 2005: 16).

Tal quadro revela por que a questão da segurança pública transformou-se num dos temas mais discutidos pela sociedade brasileira nas últimas décadas, especialmente nos últimos 20 anos. Embora suscite muitas divergências, tornou-se consenso que o assunto é prioritário na agenda política nacional. A partir desta constatação, governos, parlamentares, partidos políticos, organizações não-governamentais, igrejas, instituições de interesse público e diversos grupos sociais vêm se mobilizando na proposição de medidas de enfrentamento do problema. Disputando corações e mentes, essas propostas, bastante

¹⁴ Para traçar um breve histórico do Estatuto do Desarmamento recorremos a BANDEIRA e BOURGOIS (2005), às páginas do Senado e da Câmara Federal na internet e às páginas do Instituto Sou da Paz, do IBOPE e da organização não-governamental Viva Rio.

¹⁵ Todas as estatísticas divulgadas nesta seção foram extraídas de BANDEIRA e BOURGOIS (2005).

heterogêneas e muitas vezes conflitantes entre si, vão desde a redução da maioria penal¹⁶, passando pelos debates em torno da utilização do Exército no combate ao crime organizado nas grandes cidades, até a remodelação das polícias e do sistema penitenciário.

Foi nesse contexto que o Poder Executivo apresentou, em 1986, um projeto de lei que visava a “coibir a proliferação de armas em mãos de delinquentes e de pessoas não autorizadas”. Entre outras inovações, o projeto previa a criação de um sistema nacional de fiscalização da produção e da circulação das armas de fogo e convertia em crime o porte de arma sem licença, que, até então, era considerado simples contravenção. A proposta tramitou por 11 anos e só foi transformada em lei em 1997, no governo de Fernando Henrique Cardoso. Mas, quando sancionada, por suas lacunas e tolerâncias, a lei 9.437 já não atendia às novas demandas de endurecimento no combate à disseminação de armas e munição no Brasil.

No final dos anos 1990, entidades como o Instituto de Estudos da Religião – ISER e a ONG Viva Rio, após a realização de diversas pesquisas, concluíam que a violência na sociedade brasileira já era uma epidemia social, tendo a arma de fogo como o seu principal vetor. Entre essas pesquisas, vale ressaltar o levantamento inédito realizado em 1999 pelo Viva Rio em parceria com a Secretaria de Segurança Pública do Estado do Rio de Janeiro, sobre a origem e o tipo do armamento em circulação com base nas armas apreendidas e conservadas na Divisão de Armas e Explosivos da Polícia Civil. O resultado, segundo Luiz Eduardo Soares, então Subsecretário de Segurança Pública, foi surpreendente.¹⁷ A pesquisa constatou que 80% dessas armas eram curtas e leves, ou seja, revólveres e pistolas. E cerca de 85% eram nacionais, produzidas pela Taurus, a Rossi e a Inbel. As armas longas – metralhadoras, fuzis – não tinham uma presença significativa neste universo, bem como aquelas vindas de fora por contrabando. Para Soares, os dados derrubavam alguns mitos e confirmavam a necessidade de haver maior controle sobre o mercado interno de armas. (*apud* Mota, 2006: 10).

¹⁶ A proposta, que tramita no Congresso, é de que os maiores de 16 anos devam responder criminalmente (como os adultos) pelos delitos que cometerem. A Comissão de Constituição e Justiça do Senado aprovou a proposta em abril de 2007. Por se tratar de emenda à Constituição, o texto ainda terá de ser votado em dois turnos em plenário do Senado antes de ser encaminhado à apreciação da Câmara

¹⁷ Ver trecho de entrevista de Luiz Eduardo Soares a Maria Aparecida Rezende Mota (Mota, 2006: 10).

No mesmo ano, em junho, seria aprovada pela Assembléia Legislativa do Estado do Rio de Janeiro a lei nº 3219, que proibia o comércio de armas de fogo no Estado. Mas a lei seria derrubada por pressão dos fabricantes de armamentos, que alegaram a sua inconstitucionalidade por tratar de assunto da alçada federal. Começou, então, a ser articulada a criação de uma lei para promover o desarmamento em todo o país. Em entrevista a Maria Aparecida Rezende Mota, Antônio Rangel Bandeira, pesquisador do Viva Rio, lembrou que nessa fase de elaboração do futuro Estatuto do Desarmamento foi importante o apoio do Ministro da Justiça, Renan Calheiros, do senador José Roberto Arruda, líder do PSDB no Senado, e de José Sarney, então presidente do Senado. Do lado da sociedade civil, os principais articuladores, além do próprio Rangel, eram, segundo o seu depoimento, Rubem César Fernandes, Inácio Cano e Luiz Eduardo Soares (Mota, 2006: 11).

O projeto de lei 1.073, que viria a ser o documento básico do Estatuto do Desarmamento, foi apresentado ao Congresso ainda em 1999 pelo Ministro da Justiça, Renan Calheiros. Na exposição de motivos, Calheiros dizia que as expectativas de que a lei 9.437 diminuísse as estatísticas de crimes viram-se frustradas e que a nova legislação iria proporcionar a todos maior tranquilidade e segurança. Esse projeto já mencionava a proibição da venda de armas de fogo, além de estipular uma multa à empresa produtora ou comercializadora de armamentos que realizasse publicidade para venda de armas a particulares. Aprovado na Comissão de Constituição e Justiça do Senado, o documento seria rejeitado em outras comissões, ficando paralisado nos anos seguintes.

Como as derrotas no Congresso exigiam maior mobilização, as lideranças e as ONGs que foram aderindo ao movimento começaram, então, a articular atos públicos e a divulgar estatísticas com o intuito de sensibilizar a sociedade para o problema. Entre janeiro de 2000 e julho de 2002, só a ONG Viva Rio realizou (ou co-realizou) pelo menos seis mobilizações em prol do desarmamento¹⁸, entre elas as campanhas “Arma Não! Ela ou Eu”, dedicada às mulheres, e “Mãe, Desarme seu Filho”, em parceria com o Grupo Cultural Afro Reggae e o rapper MV Bill. Em São Paulo, o Instituto Sou da Paz, por sua vez, desenvolveu durante todo o ano de 2002 o projeto Brasil sem Armas, que realizou

¹⁸ Uma pesquisa sobre as campanhas realizadas pelo Viva Rio foi feita por Sandra Vale no mestrado do PPHPBC/CPDOC.

seminários, elaborou cartilhas que ensinavam o passo-a-passo de uma campanha de recolhimento de armas e produziu um grande ato público no dia 9 de julho, com shows, culto ecumênico, destruição de armas e passeata. As ONGs também começaram a mobilizar os parlamentares e, em decorrência de toda essa movimentação, houve um aumento do número de proposições sobre o tema no Congresso.

Em 2003, já no mandato de Luís Inácio Lula da Silva, a idéia do desarmamento encontraria mais simpatizantes e defensores no governo, entre eles Luiz Eduardo Soares, que assumiu a Secretaria Nacional de Segurança Pública. O Executivo passou então a atuar fortemente no sentido de por a questão no centro das atenções. Prova disso é que o tema veio à tona logo na primeira convocação extraordinária do Congresso Nacional do governo Lula. “Na mensagem presidencial, os projetos de lei em tramitação no Senado e na Câmara dos Deputados relacionados à comercialização e porte de armas foram destacados como prioridades da agenda legislativa” (Inácio, 2006: 45).

A convocação extraordinária do Congresso ocorreu em julho de 2003. No mesmo mês, foi criada uma Comissão Especial Mista, composta por cinco deputados e cinco senadores, para discutir o assunto e apresentar, em até 15 dias, uma proposta de consenso. A Comissão foi composta pelos deputados Luiz Eduardo Greenhalgh (PT-SP), Michel Temer (PMDB-SP), Roberto Jefferson (PTB-RJ), Aloysio Nunes Ferreira (PSDB-SP) e José Carlos Aleluia (PFL-BA); e pelos senadores Edison Lobão (PFL-MA), Tasso Jereissati (PSDB-CE), Aloízio Mercadante (PT-SP), Romeu Tuma (PFL-SP) e Romero Jucá (PMDB-RR). Trabalhando em regime de urgência urgentíssima, o grupo realizou três reuniões entre os dias 8 e 17 de julho, nas quais condensou os projetos que já tramitavam sobre o assunto (8 projetos de lei do Senado Federal e 70 projetos de lei da Câmara dos Deputados), e aprovou o substitutivo global¹⁹ apresentado pelo relator Luiz Eduardo Greenhalgh. Como se vê pelo número de propostas “engavetadas”, a tentativa de mudança da legislação não era nova, mas vinha sendo sistematicamente cerceada.

O substitutivo, num de seus artigos, determinava a proibição do comércio de armas e munição no território nacional, mas desde que a medida fosse aprovada pela população em referendo a ser realizado em outubro de 2005. Essa foi a fórmula encontrada para solucionar as divergências em torno do ponto mais polêmico do projeto, sobre o qual não

¹⁹ Substitutivo ao PLS 292 de 1999 e a todos os projetos a ele apensados, inclusive o PL 1.073 de 1999.

houve consenso. Para alguns parlamentares, a realização do referendo, além de ratificar a proibição do comércio de armas, acabaria por fortalecer a sociedade civil e a democracia participativa. Para outros, a opção poderia ser “uma saída confortável para o ‘fogo cruzado’, então acirrado, entre os interesses contrários e os favoráveis à proibição da venda de armas e munição no país” (Araújo e Santana, 2006: 75). Era, portanto, uma forma de abstenção, uma maneira de escapar das conseqüências de uma decisão tão difícil. Lembremos que a essa altura a opinião pública estava bastante favorável à proibição do comércio de armas. Por outro lado, também era grande a pressão das empresas Taurus e Companhia Brasileira de Cartuchos (CBC), fabricantes de armamentos e munições, pela manutenção do *status quo*.

O futuro Estatuto do Desarmamento foi aprovado no Senado por unanimidade em 24 de julho de 2003. Na Câmara, foi alvo de dura oposição e tramitou por três meses. Isso porque uns deputados eram favoráveis à aprovação do texto proposto pelo Senado sem emendas (ou seja, defendiam o referendo), outros queriam a proibição do comércio de armas, mas não a realização da consulta²⁰, e um terceiro grupo era contrário à proibição. O tema provocou muitos debates e polêmicas.

“De um lado, as lideranças institucionais e políticas, como os presidentes de ambas as casas e as lideranças partidárias, mobilizaram amplos recursos parlamentares para deflagrar o processo decisório sobre o Estatuto do Desarmamento e a realização do Referendo. De outro, os legisladores que se opunham fortemente à mudança do *status quo* utilizaram-se fartamente, ao longo das rodadas decisórias, de estratégias procedimentais (Arnold, 1990) de modificação e de bloqueio da proposta em exame: emendamento sistemático e procedimentos protelatórios do trabalho nas comissões temáticas” (Anastasia, Inácio e Novais, 2006: 24).

Na primeira etapa da tramitação da proposta na Câmara, o referendo foi suprimido pela Comissão de Segurança Pública e Combate ao Crime Organizado (CSPCCO). Depois, a Comissão de Constituição e Justiça e de Cidadania (CCJC) retomou a idéia da consulta popular, trazendo-a novamente para o texto do projeto, mas sem definir uma data para a sua realização. A natureza conflitiva do substitutivo pode ser traduzida pelo número de emendas que ele recebeu (40 emendas), muitas posteriormente rejeitadas pelo Senado.

²⁰ PSDB e PFL defendiam essa posição. O PSDB chegou a apresentar uma emenda contrária à realização do referendo, que foi rejeitada.

Durante esse período, a indústria armamentista, de um lado, e entidades como a ONG Viva Rio, o Instituto Sou da Paz e a organização Visão Mundial, de outro, travaram uma verdadeira guerra de bastidores, buscando o apoio de parlamentares e de veículos de comunicação. No embate, foi decisivo para as ONGs o seu poder de mobilização e sensibilização da opinião pública. Além de promoverem campanhas de divulgação do Estatuto, as entidades encabeçaram grandes marchas em defesa da sua aprovação em diversas capitais do país. O projeto foi ganhando força com o respaldo popular. Uma pesquisa feita pelo Ibope, entre os dias 18 e 22 de setembro, mostrou que 82% dos brasileiros que conheciam o Estatuto eram favoráveis às suas propostas. Diante desse clima de adesão, os deputados aprovaram a nova lei, com algumas restrições, em 23 de outubro. No dia seguinte, o acontecimento foi celebrado na Praça da Sé, no centro de São Paulo. O Instituto Sou da Paz acendeu 9.969 velas em homenagem a cada uma das pessoas mortas por armas de fogo nos três meses em que o projeto tramitou na Câmara. Por fim, de volta ao Senado, o texto sofreu novas modificações antes de ser aprovado definitivamente em nove de dezembro de 2003. Entre as mudanças, foi restabelecida a redação que previa a realização da consulta popular em outubro de 2005.²¹ Segundo Paulo Magalhães Araújo e Luciana Santana, a opção pelo referendo pode ter sido fortalecida por vários fatores.

“Entre eles, destaca-se o interesse do Governo Lula, cujo partido, PT, tem bases nos movimentos sociais de esquerda e histórica ligação com formas participativas de governo nos níveis estadual e municipal (...). A mobilização popular em escala nacional poderia ser positiva, pois permitiria ao partido marcar, em âmbito nacional, o estilo de administração participativo-popular, associado, há tempos, aos governos petistas” (Araújo e Santana, 2006: 91).

Havia também, de acordo com Magna Inácio, a idéia de que a participação popular poderia promover “bases mais amplas de sustentação de uma política com forte componente discricionário” (Inácio, 2006: 50). Além disso, os defensores do referendo estavam confiantes na vitória da proibição do comércio de armas. No entanto, como veremos a seguir, a questão não estava definida, pois uma nova disputa começava em outras bases, envolvendo novos atores e recursos. “Paradoxalmente, os setores que mais

²¹ O referendo seria realizado somente para validar um dos artigos da nova lei – o artigo nº. 35, que estabelecia a proibição do comércio de armas e munição no Brasil.

entusiasticamente apoiaram a realização da consulta popular – o Poder Executivo, as ONGs, as esquerdas, a Igreja Católica – foram fragorosamente derrotados com as armas que eles mesmos escolheram” (Anastasia, Inácio e Novais, 2006: 18).

A nova legislação foi sancionada pelo presidente Luiz Inácio Lula da Silva em 22 de dezembro de 2003 e publicada no dia seguinte, quando passou a vigorar. Batizada de Estatuto do Desarmamento, a lei nº 10.826 dispõe sobre registro, posse e comercialização de armas de fogo e munição e sobre o Sistema Nacional de Armas – Sinarm, além de definir crimes e dar outras providências. Inovadora em muitos aspectos (é, por exemplo, a primeira lei que tipifica o tráfico de armas de fogo na América do Sul), determinou a necessidade de aprovação de um dos seus artigos²² pela maioria da população. Pela primeira vez na história do Brasil um referendo seria realizado.

2.2. Sobre a democracia semidireta ou participativa

Novidade para os brasileiros, o referendo existe na Europa desde o século XV (Benevides, 1996: 34). É um dos mecanismos característicos das democracias participativas, que aliam o sistema representativo à atuação direta do povo nas decisões de governo. Tais mecanismos (plebiscito, referendo, iniciativa popular, *recall* e veto popular) têm ganhado cada vez mais espaço nas democracias modernas devido ao enfraquecimento da identificação do povo com os seus representantes e aos sinais de desgaste da democracia indireta pura. Sua aplicação pode corrigir distorções do sistema representativo e ampliar o conceito de cidadania, “que, desta forma, expande-se para o terreno da própria produção do direito” (Moisés, 1990: 7).

Plebiscito e referendo são consultas à população para a deliberação sobre temas de acentuada relevância, de natureza constitucional, legislativa ou administrativa. A iniciativa popular, por sua vez, garante aos cidadãos a oportunidade de apresentar ao Congresso um projeto de interesse coletivo, que, após discussão parlamentar e respeitados os trâmites e requisitos do processo legislativo, pode se transformar em lei. O plebiscito é realizado antes

²² Art. 35. É proibida a comercialização de arma de fogo e munição em todo o território nacional, salvo para as entidades previstas no art. 6º desta Lei. Parágrafo 1º. Este dispositivo, para entrar em vigor, dependerá de aprovação mediante referendo popular, a ser realizado em outubro de 2005.

da formulação legislativa, autorizando ou não a concretização da medida em questão. O referendo é convocado após a edição de atos normativos, para confirmá-los ou rejeitá-los.

Já o *recall* é um mecanismo típico dos EUA. Tendo vigência apenas no plano estadual, dá aos cidadãos, quando insatisfeitos com a atuação de uma pessoa eleita, o direito de revogar o mandato deste representante. Por fim, o veto popular é o instrumento pelo qual os eleitores decidem se determinada lei, discutida e aprovada pelo Poder Legislativo, será vigente no país ou não. A aprovação do eleitorado é condição necessária para a lei entrar em vigor.

Na Europa e nos EUA, o referendo e a iniciativa popular legislativa são práticas correntes. Nos EUA, são encaminhadas por ano cerca de 10 mil proposições de referendo, quase todas no âmbito Estadual. Na Suíça, os cidadãos podem, através dos referendos, contestar qualquer lei votada pelo parlamento, podendo inclusive propor alterações à Constituição Federal. “Entre 1848 e 1978, os suíços votaram em mais de 200 questões, sendo que 74 delas eram provenientes de iniciativas populares (apenas 7 foram aceitas) e 138 foram propostas pelo parlamento (100 foram aceitas pelos eleitores e 38 recusadas)” (Moisés, 1990: 75). Da reurbanização de um bairro de Genebra (tema de referendo ocorrido na Suíça em 1980) até a extinção das forças armadas na confederação (1989), praticamente todos os assuntos de interesse público podem ser objeto de consultas à população.

No Brasil, após 21 anos de ditadura militar, a Constituição Federal de 1988 regulou três desses mecanismos (o plebiscito, o referendo e a iniciativa). Dos três, apenas o plebiscito já tinha sido previsto em Constituições anteriores. Já tinha sido, inclusive, realizado duas vezes em nosso país²³.

O referendo e a iniciativa são inovações da “Constituição cidadã”, que procurou fortalecer a soberania popular. E embora tais instrumentos só tenham sido regulamentados em novembro de 1998 (dez anos após a promulgação da Constituição)²⁴ e ainda não façam parte do cotidiano político dos brasileiros, eles são, nas palavras de Maria Vitória Benevides, formas de radicalizar a democracia. Um de seus grandes méritos é permitir que

²³ O plebiscito já tinha sido realizado em 1963 e 1993. Em 1963, sob o governo parlamentar do presidente João Goulart, o povo foi chamado a decidir sobre o sistema de governo, optando pelo presidencialismo. Em 1993, conforme previsão constitucional, os eleitores puderam escolher a forma de governo (república ou monarquia constitucional) e o sistema de governo (parlamentarista ou presidencialista). A república presidencialista teve a maioria dos votos.

²⁴ Os mecanismos de participação direta foram regulamentados pela lei nº 9.709, de novembro de 1998.

“o povo passe a se interessar diretamente pelos assuntos que lhe dizem respeito e, sobretudo, a se manter informado sobre os acontecimentos de interesse nacional” (Benevides, 2003: 115).

2.3. Regulamentação do referendo

O Estatuto seria regulamentado pelo decreto nº. 5.123 de 1º de julho de 2004, elaborado por uma comissão interministerial que levou em conta as contribuições dos cidadãos, via correio ou internet, e realizou, ainda, uma audiência pública com a participação de mais de 100 representantes de instituições do Poder Público e organizações não-governamentais. Quinze dias após a regulamentação, teve início a Campanha de Entrega Voluntária de Armas, liderada pelo Ministro da Justiça. A campanha foi um desdobramento do artigo nº. 32 do Estatuto, que previa uma indenização para aqueles que, em até 180 dias²⁵, entregassem suas armas de fogo não registradas à Polícia Federal.

O movimento contou com a participação ativa de ONGs, associações de moradores, entidades de classe, igrejas e demais entidades da sociedade civil, autorizadas a se credenciar junto à Polícia Federal no recebimento de armas. Só as igrejas montaram 400 postos de coleta em mais de 120 municípios do país. Também foram criados postos em sedes de prefeituras, aeroportos, câmaras municipais e assembleias legislativas. Além disso, foram realizados diversos atos de adesão, debates, seminários e espetáculos, dos quais participaram vários artistas, esportistas, juristas e lideranças comunitárias. Como resultado de toda essa mobilização, a meta de arrecadação de 80 mil armas em seis meses foi superada e a campanha foi prorrogada duas vezes, sendo estendida até 23 de outubro de 2005.

A entrega de armas ocorreu paralelamente ao processo legislativo de autorização do referendo. Mais uma vez, houve dura batalha em torno dessa autorização e foram várias as tentativas de bloqueio. No Senado, o projeto de decreto tramitou em regime de urgência e foi aprovado em maio de 2004. Na Câmara, ficou 11 meses paralisado na CSPCCO até ser

²⁵ A lei nº. 10.884 de 17 de junho de 2004 estabeleceu que o prazo de 180 dias fosse contado a partir de 23 de junho de 2004.

encaminhado à CCJC (por onde todos os projetos têm que passar, antes de ir a plenário) na qual permaneceu por mais 50 dias. Para pressionar os congressistas, as entidades favoráveis ao desarmamento fizeram grandes mobilizações. Havia uma corrida contra o tempo em vista do recesso parlamentar, do recesso do TSE e dos prazos necessários à organização da consulta.

Vale assinalar que entre 2004 e 2005 foram apresentados na Câmara três projetos de lei que solicitavam a alteração da data do referendo²⁶ e um que propunha a revogação do artigo 35 do Estatuto²⁷. Embora tenham sido rejeitados, eles revelam a intensidade dos conflitos sobre o tema.

Finalmente, a regulamentação do referendo foi incluída na pauta de votações do último dia antes do recesso parlamentar, seis de julho de 2005. Mas, segundo o deputado Raul Jungmann, uma manobra regimental teria colocado o projeto em 16º lugar na lista de votações do turno da tarde. O mérito da questão só seria votado, portanto, no final da sessão, e a falta de quorum era uma possibilidade.

“Por volta de meia-noite, lá veio a votação do mérito... Eu me lembro de correr este Congresso todo, para cima e para baixo, tirando gente de CPI, tirando gente de casa, tirando gente de tudo quanto era canto, para ter quorum e votar. Votamos e ganhamos. Estava aprovada a realização do referendo!” (*apud* Mota, 2006: 14).

Em votação nominal, a proposta teve 258 votos favoráveis e 48 contrários. Ou seja, foi aprovada por larga maioria, embora 40,4% dos deputados tenham preferido não se posicionar nem contra nem a favor do referendo (houve 202 ausências e 5 abstenções). Em sete de julho de 2005, o Senado, então, promulgou o decreto legislativo nº 780, que autorizava a realização da consulta e estipulava a pergunta que seria proposta aos votantes: “o comércio de armas de fogo e munição deve ser proibido no Brasil?”. Os eleitores poderiam optar por responder Sim ou Não, votar em branco ou anular o voto.

A campanha foi mobilizada por duas frentes parlamentares que representavam respectivamente o Sim e o Não: a *Frente Parlamentar por um Brasil sem Armas*, liderada pelo então presidente do Senado Renan Calheiros (PMDB-AL), e a *Frente Parlamentar*

²⁶ Projetos de lei 4.341/04, 4.758/05 e 4.979/05.

²⁷ Projeto de lei 4.220/04

pelo Direito da Legítima Defesa, presidida pelo deputado Alberto Fraga (PFL-DF). De 1º a 20 de outubro, as frentes puderam transmitir propaganda eleitoral gratuita em rádio e televisão (dois blocos de nove minutos à tarde e à noite e 20 *spots* diários de 30 segundos), veicular *outdoors*, encomendar e divulgar pesquisas de opinião e realizar comícios, carreatas e debates.

Ao analisar a participação dos parlamentares na campanha, Paulo Magalhães Araújo e Luciana Santana observaram que a maioria (369 parlamentares) optou por não aderir a nenhuma das Frentes em disputa: “mais de 70% dos senadores e mais de 60% dos deputados abdicaram de sua função de representantes e ficaram à margem da campanha política” (Araújo e Santana, 2006: 105). Na filiação ou no apoio a uma das Frentes, houve uma inversão de forças. Se, num primeiro momento, os parlamentares que defendiam o fim do comércio de armas pareciam estar em vantagem (pois conseguiram aprovar o Estatuto e o próprio referendo), esse quadro vai mudar. Isso começa a ficar evidente até pelo número de adesões: 140 representantes se posicionaram a favor do Não e 85 em defesa do Sim.²⁸

Vale ressaltar que, tanto de um lado como de outro, as frentes reuniram deputados de diferentes partidos e configurações ideológicas, embora os deputados dos partidos mais alinhados à esquerda tenham se concentrado, em sua maioria, pela defesa do Sim. A *Frente Parlamentar Brasil sem Armas* teve o apoio dos deputados ACM Neto (PFL-BA), Alberto Goldman (PSDB-SP), Alice Portugal (PCdo B-BA), Chico Alencar (PT-RJ), Denise Frossard (PPS-RJ), Gustavo Fruet (PSDB-PR), Henrique Fontana (PT-RS), João Paulo Cunha (PT-SP), Márcio Fortes (PSDB-RJ), Roberto Freire (PPS-PE); e dos senadores Aloízio Mercadante (PT-SP), Arthur Virgílio (PSDB-AM), Eduardo Suplicy (PT-SP), Jefferson Peres (PDT-AM), José Agripino (PFL-RN), Patrícia Saboya (PPS-CE), Tasso Jereissati (PSDB-CE), entre outros. A *Frente Parlamentar pelo Direito à Legítima Defesa* contou com o apoio dos deputados Luiz Antonio Fleury (PTB-SP), Onyx Lorenzoni (PFL-RS) Coronel Alves (PL-AP) Cabo Júlio (PMDB-MG), Josias Quintal (PSB-RJ), Enéas (PRONA-SP), entre outros, e dos senadores Juvêncio da Fonseca (PSDB) e Osmar Dias (PDT-PR).

Ainda em julho de 2005, o instituto de pesquisa Datafolha revelou que a aprovação da população brasileira em relação à proibição do comércio de armas estava em torno de

²⁸ Dados obtidos em CORREA e NUNES (2006: 136).

80%, contra 17% de rejeição. O resultado do Ibope, no mesmo mês, foi bem parecido: 81% a favor e 17% contra. Isso sugere que, em tese, a Frente por um Brasil sem Armas entrou na campanha em larga vantagem.

2.4. Campanha na TV: principais argumentos das duas Frentes

De acordo com uma pesquisa divulgada pelo IBOPE em 14 de outubro de 2005 (nove dias antes da votação), 90% dos entrevistados estavam acompanhando a propaganda gratuita no rádio e na TV. E, embora essa não fosse a sua única fonte de informação, o Horário de Propaganda Eleitoral Gratuito (HPEG) foi citado como um fator de importância para a definição do voto.²⁹

A pesquisa revela o que vários estudiosos da comunicação e da política já vêm observando há algum tempo: a crescente importância dos meios de comunicação de massa, em especial a televisão, como fonte de referências para a tomada das decisões eleitorais. Isso não quer dizer que os cidadãos-eleitores sejam absolutamente passivos em sua relação com a mídia e seus conteúdos ou que não possuam outras referências para a interpretação da realidade. Mas significa que ela, a grande mídia, é parte fundamental no processo de construção da política por ser algo que, como nos diz Maria Ceres Castro, “permeia e participa da configuração da vida social” (Castro, 2006: 164).

“Encontramos, hoje, [nos processos comunicativos de massa] um sistema que se constitui como um campo econômico de alto padrão tecnológico, configurando, ainda, uma instituição que participa intensa e extensivamente dos processos de constituição da vida social e que agencia valores, legitima agentes, constrói regras e modos de operação, de forma a produzir uma inteligibilidade socialmente compartilhada acerca da realidade” (Castro, 2006: 157).

O campo da política, portanto, depende cada vez mais da mídia de massa. Ela produz visibilidade para as idéias, os programas dos candidatos e os debates sobre os

²⁹ Entre as principais fontes de informação que levariam em consideração para definir o voto, os entrevistados mencionaram as conversas com pessoas da família (32%), campanha/propaganda no rádio e na TV (31%), conversas com amigos e colegas (28%), notícias no rádio e na TV (23%), debates sobre o tema (14%), o apoio da igreja (12%) e as notícias nos jornais e revistas (12%).

problemas públicos. É o grande fórum por intermédio do qual o “cidadão comum” obtém informações e, por isso mesmo, como observa Alessandra Aldé, tem merecido uma atenção cada vez maior por parte dos atores políticos:

“Na medida em que os meios de comunicação de massa tornam-se extremamente relevantes na construção dos argumentos e explicações de que é constituída a opinião pública, vemos que a política exercida na contemporaneidade tem que incluir considerações a respeito das conseqüências, do ponto de vista do cidadão, de ser também telespectador, ouvinte de rádio, leitor de jornal” (Aldé, 2004: 131).

Nosso trabalho não pretende dimensionar o impacto da propaganda eleitoral televisiva na tomada de decisão dos eleitores do referendo. Nem apresentar uma análise das campanhas, os erros e acertos de suas estratégias. No entanto, reconhecemos que a propaganda na tevê foi o *locus* do confronto por excelência, a grande arena de mobilização de argumentos de defesa e ataque das duas propostas em disputa. Por isso, apresentamos aqui uma breve descrição dos principais conteúdos e formas utilizados pelas duas Frentes em seus respectivos programas de televisão, tomando como base os estudos já realizados por Lissovsky (2006) e Fuks e Paiva (2006)³⁰.

Em primeiro lugar, vale ressaltar que, de acordo com a análise de estudiosos e de alguns profissionais que participaram da campanha³¹, há um consenso sobre a “superioridade” do programa do Não, tanto em relação às estratégias persuasivas quanto na forma apresentada. O Não fez uma campanha focada em poucos argumentos, sintética, o que facilita a memorização e a intelegibilidade, lançou mão de um número não muito grande de *spots* comerciais (17 contra 31 da campanha adversária), exibidos com mais frequência (76% foram exibidos mais de 15 vezes). O Sim exibiu quase o dobro dos *spots* e apresentou, em média, de dois a três argumentos diferentes em cada um. O excesso de mensagens certamente prejudicou a sua assimilação por parte dos espectadores.

³⁰ As estatísticas relativas aos programas de nove minutos têm como fonte o Banco de Dados Referendo 2005 – CEL/DCP/UFGM citado no artigo de Fuks e Paiva (2006). Os números referentes aos *spots* de 30 segundos foram levantados por Lissovsky (2005). Vale destacar que as metodologias utilizadas são diferentes. No caso dos programas, foi levado em conta o tempo que cada argumento ocupou na campanha em relação ao tempo total (100%). Em relação aos *spots*, o cálculo refere-se ao número de vezes em que o tema foi mencionado ao longo da campanha (a soma é superior a 100% porque um *spot* pode mencionar mais de um tema).

³¹ Ver, neste trabalho, a seção “Sobre o resultado da votação”.

Quanto aos emissores das mensagens, a propaganda do Sim, num primeiro momento, destinou grande espaço à fala das celebridades que a apoiavam, enquanto a do Não valorizou a figura da jornalista (âncora) de seu “noticiário” e as vozes das “pessoas comuns”. Por não contar com o apoio de artistas, a campanha do Não, desde o início, buscou descredenciar os seus depoimentos:

“No nosso programa não temos artistas famosos que vivem em condomínios cercados de toda a segurança. Nossos artistas são o povo brasileiro: o agricultor, o policial aposentado, gente como você que precisa se proteger...” (programa de 2/10/2005).

A propaganda do Não também soube explorar muito bem a desconfiança e a aversão da população em relação aos políticos e aos governos de um modo geral. Colocou-se do lado do povo e elegeu “os políticos” como o seu adversário, reforçando um antagonismo já existente. A estratégia foi facilitada pela posição favorável do presidente Lula e de vários membros do seu partido à proibição do comércio de armas. Com isso, a campanha do Sim ganhou ares de oficial e o Não pôde apresentar um discurso de oposição a um governo caracterizado como ineficiente na área da segurança pública, um governo que “não lhe dá seus direitos básicos” (programa de 13/10).

“A oposição Nós (povo, trabalhadores)/ Eles (políticos/governo) – tida como uma das principais chaves de decodificação das mensagens de propaganda eleitoral – foi imediatamente apropriada pelo Não, definindo o campo adversário como Eles” (Lissofsky, 2006: 54).

Em decorrência disso, a percepção de que “a iniciativa do referendo foi do governo federal através do Presidente” cresceu significativamente entre os eleitores, pois era aceita por 50% do eleitorado no início da campanha e passou a contar com a concordância de 60% na reta final³². O Sim, por sua vez, não conseguiu deixar claro quem ele representava e só na sua segunda fase definiu e atacou o seu adversário (fabricantes e negociantes de armas) de modo mais enfático. A participação dos artistas em seus programas acabou não tendo o

³² O aumento dessa percepção foi detectado pelo *tracking* realizado pela campanha do Sim (*apud* Lissofsky, 2006). *Tracking* é o monitoramento telefônico diário das opiniões do eleitorado, geralmente realizado logo após a veiculação da propaganda eleitoral.

efeito esperado, além de ter sido bastante criticada pelo programa adversário, e foi descartada, só retornando timidamente na reta final.

Em relação aos principais argumentos utilizados pelas campanhas, configurou-se uma guerra em torno de princípios, diagnósticos, prognósticos e da própria credibilidade dos programas, com ataques de ambas as partes e acusações de distorção de informações. Nessa batalha, as duas Frentes também lançaram mão da fala de especialistas e de depoimentos de familiares de vítimas da violência, embora esses recursos tenham sido mais utilizados pelo programa do Sim.

Não: pelo direito à legítima defesa dos “cidadãos de bem”

O Não concentrou o seu discurso na defesa dos direitos individuais (liberdade, legítima defesa), enfatizando questões morais e princípios de cidadania e, ao mesmo tempo, tirando o tema da violência do centro da discussão. Mais do que discutir a questão da circulação das armas no Brasil, sua campanha buscava “denunciar” a possibilidade de perda de direitos, visto que essa linha argumentativa ocupou 36,9% do tempo dos seus programas e foi mencionada em 70% dos *spots*. Para reforçá-la, utilizou fartamente símbolos e imagens que lembravam as lutas e conquistas do cidadão brasileiro (comícios, movimentos contra a ditadura, passeatas pelas eleições diretas, hino e bandeira do Brasil etc.), conquistas essas que, de acordo com suas concepções, estariam sendo ameaçadas: “hoje eles querem proibir a venda legal de armas. O que eles vão proibir depois?” (programa de 16/10/05).

Sobre as causas da violência, o programa do Não destacou o problema do contrabando de armas, o crescimento da criminalidade e as questões sociais. Seu esforço foi no sentido de desconstruir as principais linhas argumentativas do Sim (segundo o qual os bandidos estariam sendo abastecidos por armas legais e a maioria dos homicídios decorreria de acidentes domésticos, crimes passionais e conflitos interpessoais, os chamados crimes de proximidade). Para os defensores do Não, os “cidadãos de bem” não poderiam ser responsabilizados pela violência, pois os bandidos com suas armas ilegais é que seriam os principais causadores das mortes por arma de fogo no país (os demais homicídios seriam “exceções”). Por isso, a campanha alertava: “eles querem colocar a culpa da violência em

“você”. Além disso, a campanha dizia que os problemas sociais que dão origem à grande parte da criminalidade não seriam atingidos pela proibição do comércio de armas. Durante todo o HPEG essa questão do diagnóstico da violência (suas origens e seus deflagradores) ocupou 10,3% dos programas e apareceu em 18% dos *spots* da Frente do Não.

Outro núcleo argumentativo forte referia-se às conseqüências negativas da proibição. O principal dos argumentos ressaltava que os cidadãos iriam ficar mais vulneráveis e os bandidos mais ousados: “o problema não é eu não ter uma arma. É o bandido ter a certeza que eu não tenho uma arma”, dizia o locutor do *spot* veiculado entre 15 e 17 de outubro. A sensação de medo e insegurança, já reinante, era reforçada por esse mau prognóstico:

“O que eles querem é desarmar pessoas de bem e não os bandidos. Não desarmando os bandidos, depois do dia 23 o bandido terá certeza que você não tem arma em casa e vai poder invadir a sua casa, estuprar a sua mulher, estuprar o seu filho e você não vai poder fazer nada. Portanto, no dia 23 vote 1, note Não” (depoimento de Paulo Pereira da Silva, presidente da Força Sindical no programa de 16/10/05).

Outros prognósticos diziam respeito ao aumento do contrabando e do comércio ilegal de armas e à possível privatização da segurança pública. Sobre este último aspecto, o programa enfatizava que os “privilegiados” poderiam “pagar por seguranças armados e carros blindados” e que a população de baixa renda seria a mais castigada. Ou seja, além de não resolver o problema, a proibição explicitaria ainda mais as desigualdades entre as classes sociais e a vulnerabilidade das camadas mais pobres, “que mais sofrem com a violência”.

As críticas à atuação dos governos (principalmente ao governo federal) constituíram outro núcleo argumentativo da campanha “Pela Legítima Defesa”. A responsabilidade do Estado pela violência no país, por sua incompetência ou omissão, ocupou 9,1% do tempo dos programas e foi mencionada em 29% dos *spots* da Frente. O programa enfatizava a incapacidade do governo de garantir a segurança dos cidadãos e caracterizava o voto Não como forma de protesto: “votar Não é lembrar que o governo não desarma os bandidos fortemente armados pelas armas ilegais do contrabando”, dizia o programa noturno exibido em 13 de outubro. Tal crítica se desdobrou na tentativa de desqualificação do próprio referendo, caracterizado como manobra política de um governo inoperante para iludir os

cidadãos (Lissovsky, 2006: 53). Vale lembrar que as críticas ao governo federal, neste momento, eram favorecidas pelo escândalo do “mensalão”, que trazia à tona o envolvimento do governo e dos partidos de sua base em práticas de corrupção. A partir de julho, com a criação de uma Comissão Parlamentar de Inquérito para investigar o caso, o Congresso transformou-se em palco de uma crise política de efeitos bastante negativos para a credibilidade dos parlamentares e do governo em especial.

“A popularidade do Presidente sofreu queda expressiva: entre junho e julho de 2005, a avaliação do governo como ‘ruim ou péssimo’ atingiu entre 18% e 23%, e entre aqueles que consideravam o governo como ‘bom/ótimo’ houve uma redução de 10 pontos percentuais: de 45% em dezembro de 2004 para 35% em junho/julho de 2005” (Inácio, 2006: 55. Fonte: Datafolha, 2006).

Sim: contra as armas em defesa da vida

A campanha do Sim, por sua vez, não conseguiu traçar uma linha argumentativa tão sólida, enfatizando idéias que eram logo descartadas para dar lugar a outras. Para Lissovsky (2006), por ter produzido um excesso de argumentos e de *spots* diferentes, ela se revelou dispersa e insegura. As pesquisas logo apontaram um declínio da sua vantagem inicial, o que acarretou a mudança da sua coordenação de marketing em 11 de outubro.³³

De forma geral, a campanha tentou caracterizar a arma de fogo como principal causa da violência. Na primeira fase, esforçou-se para convencer o eleitorado de que os acidentes domésticos e crimes de proximidade respondem pela maioria das mortes por arma de fogo no país e que, portanto, a arma não garante proteção (ao contrário, constitui-se em risco). No segundo momento, já sob nova coordenação, passou a enfatizar que a criminalidade é abastecida por armas legais. Este último, aliás, foi o argumento mais utilizado em toda a campanha, tanto nos programas (ocupou 14,8% do tempo) como nas inserções de 30 segundos (foi mencionado em 45% dos *spots*). A apresentação de estatísticas na tentativa de corroborar tais diagnósticos foi uma estratégia bastante utilizada, tendo ocupado 22,4% do programa eleitoral.

³³ Paulo Alves, da agência de propaganda Propeg, foi substituído por Luís Gonzales, da produtora GW.

Na segunda fase, a campanha adquiriu um tom mais agressivo. A oposição “nós/eles” foi caracterizada como um confronto entre a sociedade e os fabricantes e negociantes de armas, ou seja, uma batalha entre quem perde e quem ganha com a manutenção do *status quo*. No programa de estréia da nova coordenação, um gráfico mostrava que o aumento do número de homicídios era proporcional ao crescimento dos lucros do setor armamentista; no dia seguinte, uma fisioterapeuta da USP dizia que o tratamento de reabilitação de uma pessoa atingida por arma de fogo podia custar, em média, 250 mil reais nos dezoito primeiros meses. Em suma, a sociedade estaria pagando caro pela prosperidade da indústria de armamentos.

Outro núcleo argumentativo que permeou a campanha do Sim (mais enfatizado na primeira fase) foi o conjunto de mensagens pacifistas, humanistas, pelo direito à vida e à paz social. Embora esse apelo a princípios e valores morais não tenha sido tão forte na campanha “Por um Brasil sem Armas” quanto na campanha adversária, a invocação do “direito à vida” ocupou 22,5% dos seus programas e foi utilizada em 37% dos *spots*. A idéia era caracterizar os eleitores do Sim como defensores da paz e, além disso, como ressaltam Fuks e Paiva (2006: 218), enfatizar a superioridade do direito coletivo à vida em face do direito individual à defesa.

“Que direito um homem tem de pegar uma arma durante uma briga e atirar na mulher? Que direito alguém tem de ter uma arma em casa e arriscar a vida de uma criança? Milhares de famílias vivem marcadas pela dor porque alguém achou que tinha o direito de matar. O desejo de possuir uma arma, que é de poucos, não pode ser maior do que o direito à vida, que é de todos nós” (programa do Sim de 8/10/2005).

Outros argumentos utilizados de forma dispersa foram a queda do número de homicídios como decorrência da implantação do Estatuto do Desarmamento, a possível dificuldade do acesso às armas e o fato de a proibição ser um primeiro passo no combate à violência. Foram fornecidas explicações sobre o Estatuto, principalmente acerca das “exceções” asseguradas a certos segmentos da população (policiais aposentados, caçadores e esportistas, por exemplo), que não perderiam o direito ao uso de armas. Na reta final, o programa também lembrou o alto custo para se obter uma arma no Brasil, sugerindo que a questão encerrava uma oposição entre classes sociais: “o que a propaganda do Não defende é o direito dos ricos de continuar comprando armas”, dizia o programa de 17 de outubro.

Mas, a essa altura, as pesquisas de intenção de voto já apontavam a vantagem da Frente Pela Legítima Defesa, vantagem que aumentaria até a data da votação

2.5. Os eleitores vão às urnas

No decorrer da campanha na TV, o referendo e as questões por ele suscitadas entraram definitivamente na pauta de discussões da sociedade brasileira. Embora de forma pouco aprofundada, devido ao curto prazo, pode-se dizer que os debates na mídia, nas escolas e universidades, igrejas e associações comunitárias envolveram os mais diversos setores da população e contribuíram a criação de um ambiente informacional propício à tomada de decisão do eleitorado na maior consulta popular realizada no país.³⁴

No dia 23 de outubro, por fim, os eleitores foram às urnas para participar do primeiro referendo sobre desarmamento da história mundial. E o resultado da apuração expressaria, nas palavras de Gláucio Dillon Soares, “uma das maiores reviravoltas de curto prazo na história das eleições” (Soares, 2006: 9), com a vitória do Não com mais de 27 pontos de vantagem sobre o Sim.

Sobre o resultado, vale ressaltar que ele expressa uma tendência que já vinha sendo detectada. Se, de acordo com o IBOPE, a vantagem do Sim em julho de 2005 era de 64 pontos percentuais, em setembro, segundo o CNT/Sensus, era de 48,6, e sofreria uma queda significativa depois da estreia dos programas de TV³⁵, em 1º de outubro, até desaparecer nos meados da campanha. Em 14 de outubro, uma pesquisa divulgada pelo IBOPE já anunciava o “empate técnico” entre as duas Frentes: 49% de intenções de voto para o Não e 45% para o Sim. O Não liderava as intenções de voto entre os homens (54% se declararam pelo Não e 41% pelo Sim), tinha uma grande adesão das pessoas com nível superior (55% contra 36%) e daquelas com renda familiar de mais de dez salários mínimos (68% contra 30%). Nas regiões do país, ganhava no Centro-Oeste e no Sul, perdia no Nordeste e empatava no Sudeste.

³⁴ Pesquisa realizada pelo IBOPE entre os dias 18 e 20 de outubro revelava o grau de informação que os próprios eleitores diziam ter sobre o referendo: muito bem informados – 15%; bem informados – 72%; mal informados – 10%; nada informados – 2%.

³⁵ Segundo Lissovsky (2006), a queda foi detectada dois dias após o início da campanha pelo *tracking* diário realizado pelo Sim.

A queda do Sim seria irreversível. Conforme observou Maurício Lissovsky em sua análise do *tracking*, a concordância com os principais argumentos da “Frente Por um Brasil sem Armas” cai durante toda a campanha, enquanto a adesão aos argumentos do Não permanece praticamente inalterada.

“Enquanto a campanha do Não foi capaz de consolidar as opiniões do eleitorado e transformá-las em voto Não, o Sim foi incapaz de manter o seu ‘patrimônio’ inicial de opiniões favoráveis. Em outras palavras, no que diz respeito à evolução das opiniões ao longo da campanha, o Não nada ganhou, mas o Sim claramente perdeu” (Lissovsky, 2006: 47).

Em 21 de outubro, nova pesquisa do IBOPE revelava que, em menos de uma semana, o Sim tinha perdido quatro pontos (de 45% para 41%), enquanto o Não ganhara dois (de 49% para 51%), principalmente nos estratos da população que anteriormente tinham se mostrado mais alinhados à proibição do comércio de armas. No grupo com renda familiar de até um salário-mínimo, por exemplo, o resultado mostrava uma virada: 46% para o Não e 45% para o Sim (contra 39% e 56% respectivamente, na sondagem anterior). A situação também tinha se invertido entre os menos instruídos. Os que cursaram até a 4ª série do ensino fundamental, que haviam dado vitória ao Sim na primeira sondagem, com 53% das intenções de voto contra 40% do Não, agora revelavam outra tendência: 47% preferiam o Não e 44% votariam Sim. O Não também ampliou sua vantagem entre os homens, atingindo 58% das intenções de voto desse público, e cresceu entre as mulheres, ficando empatado com o Sim em 45% (na pesquisa anterior, o Sim estava na frente com 47% contra 44%). Nas regiões do país, o Sim continuava vencendo apenas no Nordeste, mas agora com vantagem menor: 49% para o Sim e 45% para o Não, contra 54% e 42% na primeira sondagem, respectivamente. Em suma, a essa altura o Não tinha a preferência dos eleitores de todas as faixas etárias, todos os graus de instrução e de todas as faixas de renda familiar. E a possível perda para o Sim no Nordeste não se confirmaria nas urnas.

Apurados os votos, o Não teria uma vantagem muito superior à apontada anteriormente pelos institutos de pesquisa, com 63,94% dos votos válidos contra 36,06% do Sim. Na região Sul, chegou a quase 80% dos votos válidos, ficando com 71,13% dos votos no Norte, 68,60% no Centro-Oeste, 60,31% no Sudeste e 57,51% no Nordeste. Sua vitória em todas as regiões, todos os estados, todas as capitais e na maioria dos municípios do país

é bastante reveladora de como a sua campanha conseguiu acionar os referenciais emocionais, ideológicos, morais, enfim, os valores de grande parte do eleitorado. O resultado é, portanto, bastante convergente com o “senso comum”, com os modos de sentir e pensar de grande parcela da nossa população.

2.6. Sobre o resultado da votação

Passados quase dois anos da realização do referendo das armas, algumas interpretações já foram feitas sobre o resultado apurado nas urnas. No geral, não são análises excludentes entre si, visto que há várias explicações possíveis para a vitória do Não ou para a derrota do Sim, levando-se em conta a complexidade do tema, os erros e acertos das duas propagandas, os recursos financeiros de cada uma, a conjuntura política na qual se realizou a consulta, entre outros aspectos.

Um artigo da historiadora Maria Aparecida Rezende Mota (2006) nos revela a multiplicidade de fatores aos quais o fracasso da campanha do Sim foi atribuído por seus próprios articuladores: ao entrevistar dez pessoas que protagonizaram o movimento “Por um Brasil sem Armas”, Mota ouviu 41 explicações diferentes para a derrota. O tema mais citado foi a “ineficiência” da propaganda eleitoral do Sim, por ter adotado “uma estratégia equivocada ou, simplesmente, porque não tinha estratégia”. Essa opinião foi compartilhada por todos os entrevistados, entre eles Raul Jungmann (Secretário-Geral da Frente Parlamentar Por um Brasil sem Armas), Rubem César Fernandes (Coordenador Executivo do Viva Rio) e Ariovaldo Ramos (pastor evangélico batista, presidente da ONG Visão Mundial). Rubem César Fernandes chegou a lembrar que a campanha era feita por voluntários em várias agências de publicidade. Gustavo Carvalho de Oliveira (da agência de propaganda Giovani FBC) revelou que, a princípio, “cada um fazia um tipo de material; quem fizesse um comercial interessante mandava para lá e eles colocavam no ar” (*apud* Mota, 2006: 17). Além disso, Mota também identificou outro forte núcleo de justificativas que se referiam à conjuntura e à politização do referendo. Levando-se em conta que a campanha começou em meio a um escândalo político que envolvia o governo federal, e considerando o sentimento de insegurança da população, foi grande a percepção de que o voto na consulta teria se transformado em instrumento de protesto contra a ineficácia das

políticas de segurança pública e as práticas de corrupção com as quais o “governo Lula”, em especial, e “os políticos”, de um modo geral, estariam envolvidos. Em relação a este aspecto, a estratégia do Não de associar o Sim ao “governo” e aos “políticos” teria sido bastante eficaz.

Ainda em relação à campanha do Sim, Maurício Lissovsky (2006) defende que seus coordenadores teriam feito uma interpretação equivocada das pesquisas originais, supondo que a adesão ao desarmamento voluntário implicaria, necessariamente, num voto favorável à proibição do comércio de armas. Lissovsky chama a atenção para a diferença entre apoiar uma causa e optar por ela num contexto de disputa. O apoio popular à entrega de armas traduzia, neste sentido, uma opinião fundamentalmente passiva, diferente da postura decisória que o referendo exigia. “À medida que o público vai descobrindo que desarmamento e referendo não são a mesma coisa, contingentes maiores de eleitores vão se ‘liberando’ de sua opinião ‘contra as armas’ para votar NÃO no referendo” (Lissovsky, 2006: 42).

Na disputa pela credibilidade, o Sim também saiu-se derrotado. Em primeiro lugar, seus diagnósticos sobre o uso e a circulação de armas de fogo no país, bem como sobre as circunstâncias em que ocorrem a maioria dos assassinatos, eram contrários ao senso comum. Considerando as percepções da população acerca da violência, soavam falsas as alegações de que os “cidadãos de bem” respondem por grande parte dos crimes cometidos com arma de fogo e de que as armas legais e de baixo calibre representam um grande risco à sociedade. Além disso, a divulgação de um gráfico com informações “truncadas”³⁶ serviria de munição para os ataques da campanha adversária. Segundo Lissovsky, “o NÃO conseguiu posicionar-se como confiável e desinteressado, já o SIM não pôde superar a acusação de que distorcia os fatos e falsificava números” (2006: 60).

Retornando às avaliações dos integrantes da campanha do Sim entrevistados por Mota, fatores como a dificuldade de entendimento da pergunta do referendo e o baixo grau de informação das pessoas acerca de um assunto tão complexo também foram mencionados. Outras explicações para a derrota referiram-se à desmobilização das lideranças da sociedade civil em função do otimismo inicial e ao esvaziamento da

³⁶ Em 3/10, um gráfico apresentado pela campanha do Sim sugeria que apenas 5% das mortes por armas de fogo eram provocadas por assaltos. A partir daí, a campanha seria sistematicamente acusada de distorcer dados e informações em suas estatísticas.

campanha imposto pela regulamentação do referendo. Sobre este último aspecto, vale ressaltar que a Justiça Eleitoral adotou para a consulta as mesmas normas vigentes nas eleições para o Legislativo e no Executivo, que proibem doações de entidades que recebam recursos do exterior ou tenham benefícios decorrentes de lei. Desta forma, impediu a participação das ONGs, que davam sustentação à Frente “Por um Brasil sem Armas”, e garantiu a preponderância das empresas privadas no financiamento das campanhas.

De acordo com Paulo Magalhães Araújo e Luciana Santana (2006), o referendo, ao prorrogar o conflito que ocorria no Poder Legislativo transferindo-o para a sociedade civil, acabou favorecendo os defensores do comércio de armas. Neste segundo tempo, o chamado “lobby da bala”³⁷ teria sido mais eficaz na utilização de recursos políticos e financeiros que garantiriam a virada do jogo.

“Em função das dificuldades naturais de organização política de grupos sociais dispersos, ficaram em vantagem os grupos de interesse que mostraram maior capacidade de articulação, tais como lobbies e outras associações advocatórias, interessados na manutenção do comércio de armas de fogo e de munições. Com isso, a parcela da sociedade civil favorável ao desarmamento perdeu um jogo que poderia ter sido ganho na arena representativa” (Araújo e Santana, 2006: 110).

Anastasia, Inácio e Novais (2006), por sua vez, defendem que “a vitória do NÃO foi possibilitada pela introdução, por parte de seus adeptos, de uma nova dimensão no debate da campanha do Referendo, relacionada ao ‘direito à legítima defesa’” (p.16). De acordo com os autores, a transformação da situação desfavorável em favorável (Riker, 1986), neste caso, teria acontecido porque o Não soube trazer para a discussão um argumento forte o suficiente para suplantar os apelos em torno da cultura da paz e do combate à violência, que contavam com a adesão da maioria população até o início da campanha.

“A reversão de expectativas, das preferências dos cidadãos e dos resultados do jogo, no segundo tempo, deu-se por consequência da introdução da dimensão dos ‘direitos’, organizando o discurso do NÃO em bases diversas daquelas propostas pela campanha do SIM, e obrigando esta última a alterar, também, sua argumentação” (Anastasia, Inácio e Novais, 2006: 28).

³⁷ A expressão “lobby da bala”, cunhada pelo então deputado Raul Jungmann, referia-se ao grupo formado pelos interessados na manutenção do comércio de armas e munições, especialmente os fabricantes e comerciantes de armamentos e os parlamentares a eles alinhados.

Em relação a essa questão dos direitos, José Murilo de Carvalho (2005) e Christina Vital da Cunha (2006) também fizeram suas observações. Para Carvalho, a vitória do Não traduzia a reivindicação de um direito civil pelos brasileiros, fato por si só memorável na história do país por representar o que ele chamou de “tardia catarse cívica”. A campanha do Não teria encontrado eco ao defender um direito civil clássico: a proteção da própria vida. Christina Vital da Cunha, no entanto, depois de analisar as fitas e relatórios dos grupos focais realizados pelo Sim com eleitores das classes D e C em quatro grandes capitais do país, concluiu que “a proteção do direito não surgiu no discurso dos integrantes das classes entrevistadas como uma reivindicação política, ‘consciente’, pelo direito. Este argumento surgiu principalmente referido ao medo de perder outros direitos no futuro” (Cunha, 2006: 81).

Cunha ressalta, ainda, a relevância do sentimento de vulnerabilidade e de insegurança presente no cotidiano da população brasileira, em especial a moradora dos centros urbanos, no resultado da votação. Insegurança esta potencializada pelos sentimentos de desconfiança e descrédito que há tempos (e não somente à época do escândalo do “mensalão”) os brasileiros nutrem pelo Estado e suas instituições. Tal interpretação tem consonância com a análise realizada neste trabalho a partir do conteúdo das cartas de leitores de jornais. Como veremos a seguir, as cartas nos revelam como as percepções de insegurança e desproteção mobilizadas durante a campanha favoreceram a manutenção do comércio de armas e munição.

3. As Vozes dos Eleitores

3.1. Metodologia

Para uma análise das percepções do eleitorado sobre o referendo do desarmamento e as duas posições em disputa, o Sim e o Não, debruçamo-nos sobre as cartas de leitores de jornais de três estados da federação: *Zero Hora* (RS), *A Tarde* (BA) e *O Globo* (RJ). Tais fontes foram escolhidas por permitirem uma compreensão da recepção, por parte de um universo de eleitores, dos argumentos mobilizados pelas duas Frentes no processo eleitoral, constituindo, assim, um importante acervo de opiniões, idéias e justificativas emitidas por “pessoas comuns” de diferentes regiões do país. Os veículos foram eleitos em função serem bastante representativos – por sua tiragem, história etc. – dos estados e regiões onde circulam: o Sul (em que houve maior aprovação do Não), o Nordeste (onde se verificou o maior índice do Sim) e o Sudeste (onde o resultado mais se aproximou à média nacional).

Sobre as cartas de leitores, vale ressaltar que elas têm sido consideradas um espaço para o exercício da crítica da mídia (Braga, 2004), além de se constituírem em fórum de discussões sobre temas nacionais ou regionais freqüentemente relacionados aos governos, suas práticas e políticas. Escritas por leitores que querem reivindicar direitos, denunciar injustiças, opinar, participar das questões de interesse coletivo, são, em princípio, um instrumento de mediação entre sociedade e governo na esfera pública e uma arena de expressão cidadã.

“O leitor manifesto, que teve a sua carta publicada, quer - e isso é claro - fazer parte do debate público, quer brigar por um cantinho na mídia, quer fazer parte da grande arena pública, hoje não mais nas escadarias e teatros de arena da Roma antiga, e nem nas antigas reuniões de bairro, assembléias ou igrejas do início do século XX, e sim consubstanciada, virtualmente ou não, pelos meios de comunicação de massa que permeiam a vida de todo cidadão deste mundo forçosamente globalizado e agendado” (Baesse, 2005: 77).

No entanto, apesar de nos chamarem atenção para o caráter ativo do leitor no processo de comunicação (em oposição à idéia de audiência passiva), de pretenderem estabelecer uma interatividade entre os veículos de comunicação e seu público e de

sugerirem uma abertura equitativa a diferentes visões de mundo, as seções de cartas têm sido criticadas devido ao controle editorial que o jornal exerce sobre elas, que acaba reduzindo sua eficácia como promotoras de debates significativos sobre a vida pública e a própria imprensa. Tal controle já se reflete no espaço destinado às cartas, que é muito pequeno em relação à totalidade do conteúdo. “Da média de cinquenta a setenta páginas que possui um jornal diário, o espaço reservado ao leitor não chega a ocupar uma página nos grandes jornais, somando todas as colunas que se ocupam do leitor” (Baesse, 2005: 74). Além disso, alguns autores³⁸ advertem para a possibilidade de uso das cartas em proveito do próprio veículo, para corroborar suas opiniões e linhas editoriais. Em alguns casos, em vez da participação e interação efetivas de diversos sujeitos divergentes entre si e em relação ao jornal, o que ocorre é a legitimação das falas desse jornal, que são reforçadas pelo espaço destinado aos seus simpatizantes. É para essa prática que Ricardo Santhiago nos chama a atenção quando indaga “se, em vez de dar voz ao público, uma publicação ‘faz falar’ por ela um leitor construído, qual a possibilidade de não pensar nestes fóruns como simples espaços de cristalização de um determinado ponto de vista?” (Santhiago, 2004).

Dito isso, partimos da constatação de que esse material é passível de “manipulações” que podem atender a finalidades diversas e que influem diretamente na forma e na quantidade em que ele nos é apresentado. Além de não serem publicadas todas as cartas que chegam à redação e de serem escolhidos, de acordo com os próprios jornais, “os trechos mais relevantes” (pelo reduzido espaço destinado às opiniões dos leitores), há também uma seleção baseada no seu teor. Percebemos no jornal *O Globo*, por exemplo, algumas tentativas de promoção de um certo equilíbrio no número de cartas a favor do Sim e do Não, principalmente na reta final da campanha. Também ocorreram publicações “temáticas”, que concentravam determinados argumentos numa mesma edição³⁹.

Além dessas limitações, também devemos levar em consideração que as cartas traduzem o pensamento de uma pequena parcela da população brasileira (a parcela que lê jornais), não podendo ser tomadas como um conjunto de opiniões representativas dos diversos estratos da sociedade. Um fator que também nos impõe restrições é a dificuldade de conhecer o perfil dos remetentes, visto que temos apenas informações sobre o gênero e,

³⁸ Ver SANTHIAGO, Ricardo e CHAPARRO, Manuel (*apud* Santhiago, 2004).

³⁹ No *Globo*, no dia 20/10, por exemplo, quase todas as cartas revelavam a dúvida e a indecisão dos seus remetentes. No dia 21/10, as cartas, em sua maioria, se manifestavam contra a realização do referendo.

em alguns casos, a cidade de origem desses leitores. Desconhecendo o emissor, não podemos verificar o quanto as cartas nos apresentam opiniões espontâneas, emitidas por “cidadãos comuns” que se sentiram mobilizados a se manifestar pública e livremente sobre a questão do referendo, e em que medida o espaço na imprensa foi utilizado pelas próprias Frentes, por meio de remetentes engajados nas campanhas. De qualquer forma, mesmo que o espaço destinado aos leitores também tenha sido disputado pelos atores diretamente envolvidos no processo eleitoral, isso não desqualifica o material como fonte de pesquisa acerca dos argumentos, valores e pensamentos mobilizados durante a campanha. Isso porque, em nosso trabalho, interessa menos a identidade individual dos remetentes e mais as identidades coletivas formadas em torno de sentimentos, percepções e pontos de vista em comum.

Analisamos somente as cartas publicadas entre 1º de outubro de 2005, início da campanha no rádio e na televisão, e 25 de outubro de 2005, dois dias após a realização do pleito. Elas passaram por um pequeno tratamento quantitativo, que nos deu um panorama sobre o número de cartas por jornal/região. No entanto, devido ao tratamento a que as cartas estão sujeitas, os aspectos quantitativos não foram objeto de uma análise minuciosa, servindo apenas para nos dar algumas “pistas” secundárias. É o conteúdo o que mais nos interessa e, em relação a ele, foi feita uma análise qualitativa que procurou definir uma tipologia dos principais argumentos utilizados.

3.2. Os jornais e o referendo

Em relação aos jornais aqui analisados, assinalamos a diferença existente entre eles quanto ao posicionamento acerca do referendo e ao tratamento dados às cartas sobre o tema. Cada um apresenta-nos um tipo de material, não só por questões relacionadas ao seu formato mas principalmente por razões referentes à sua linha editorial.

Segundo maior jornal em circulação no Brasil, com circulação média diária de mais de 270 mil exemplares, *O Globo* (RJ) declarou-se abertamente favorável à proibição do comércio de armas, tendo publicado três editoriais em defesa dessa posição. Logo no primeiro dia da campanha televisiva, com o título “Secar a fonte”, falou da diminuição de

8% nas taxas de homicídios por arma de fogo como um resultado positivo da campanha de recolhimento voluntário de armas, e argumentou que, a longo prazo, a proibição iria ter impacto também na diminuição da criminalidade. Linha argumentativa semelhante adotou nos editoriais dos dias 8/10 e 16/10, enfatizando sempre os benefícios da redução do número de armas nas mãos de civis. Ao contrário dos dois primeiros editoriais, que dividiram o espaço com opiniões diferentes da defendida pelo jornal, o último, publicado no domingo anterior à votação, ocupou toda a coluna de “opinião”, tendo como destaques os dizeres “o referendo é rara chance para uma ação efetiva contra a violência” e “recolhimento de armas já provocou uma queda nos homicídios”.

Já o diário *A Tarde*, veículo de maior circulação na Bahia, embora não tenha manifestado claramente a sua preferência (como fez *O Globo*), deixou transparecer sua adesão à manutenção do comércio de armas em três editoriais publicados ao longo da campanha. No primeiro, em 9/10, o texto questionava se o recolhimento voluntário de armas teria reduzido o número de homicídios e se seria constitucional desarmar o cidadão “quando este se vê atacado de todos os lados e em todas as circunstâncias por meliantes de alta periculosidade”. No dia da votação, o editorial perguntava se “desarmada a sociedade e armados os malfeitores, cairia o número de vítimas fatais”. Por fim, uma opinião mais explícita foi publicada após o resultado do referendo, no dia 25/10:

“pela manifestação majoritária da sociedade, é por tudo imprescindível fazer uma revisão nos termos da disponibilidade criada pelo dispositivo vigente quanto ao assunto. Entre outras, não se enquadra mais no conjunto, dada a manifestação popular, a persistente exigência que obriga o comprador a ‘provar a real necessidade de ter uma arma’”.

Por fim, o periódico gaúcho *Zero Hora*, quinto jornal mais lido do país, não publicou opinião contrária nem favorável ao comércio de armas. No dia 1º de outubro, seu editorial apenas referia-se ao início da campanha do referendo, afirmando que o voto seria obrigatório e o debate, essencial. E advertia: “para se posicionar diante de uma questão polêmica como essa, é fundamental que o eleitor procure se informar adequadamente”. No dia seguinte à votação, o jornal limitou-se a enfatizar o clima de tranquilidade que caracterizou o dia 23 e a ausência de filipetas e materiais gráficos que normalmente deixam rastros de poluição após as eleições. Segundo o editorial, “o panorama das ruas, sem a

alardeada ‘sujeira democrática’, mostra que uma eleição pode ser disputada até apaixonadamente sem que para isso seja necessário agredir a cidade”.

A existência de três posicionamentos tão distintos entre os veículos analisados contribui para a diferenciação do material publicado em cada um deles, principalmente no que se refere ao número de cartas favoráveis e contrárias à proibição do comércio de armas. Além da posição política do jornal, sabemos que fatores como a preferência do eleitorado em cada estado, perfil do público leitor, espaço disponível, entre outros, também têm impactos sobre a seleção de cartas, embora não saibamos em que medida eles determinam a escolha de algumas em detrimento de outras.

3.3. Breve análise quantitativa

Ao fazer um balanço da quantidade de cartas publicadas, constatamos que o referendo ganhou destaque nos três veículos, ainda que de forma diferenciada. Mas os poucos dados que temos acerca do material não nos permitem avançar muito nessa análise quantitativa, restando-nos apenas o levantamento de alguns, como o número de cartas por jornal, o gênero e a cidade dos remetentes e a preferência em relação a cada campanha. Reiteramos que desconhecemos a classe social, escolaridade, religião, cor e tantos outros fatores sociodemográficos que nos permitiriam chegar a um perfil do público que produziu tais fontes de pesquisa. A única informação que temos a esse respeito é o perfil dos leitores dos jornais, publicados em seus *sites* comerciais.⁴⁰

Em relação ao posicionamento das cartas, há aquelas que declaram explicitamente a intenção de voto (Sim ou Não) e outras que, mesmo sem manifestar uma adesão, revelam uma identificação com as crenças e justificativas de um dos lados da disputa. Para efeito de cálculo das posições contrárias e favoráveis a cada uma das opções de voto, não estabelecemos diferenciações entre elas. Há um segundo grupo de cartas que se limita a fazer críticas aos governos, aos políticos e ao próprio referendo. Mesmo sabendo que tais argumentos muitas vezes representam uma concordância com o discurso da Frente do Não, preferimos separar essas cartas para facilitar a nossa contagem. Por fim, um outro grupo é

⁴⁰ Ver o perfil dos leitores nos anexos deste trabalho.

composto por cartas que não contêm nenhuma referência ou indício explícito de adesão a uma das propostas e cujo conteúdo varia entre questionamentos sobre a pergunta do referendo, dúvidas sobre o Estatuto do Desarmamento, comentários sobre a violência, entre outros assuntos.

No jornal *O Globo*, até por questões relacionadas ao seu formato (standard), a seção de cartas ocupa um espaço maior que a dos demais veículos, publicando entre 25 e 30 cartas por dia. Nele, encontramos também maior quantidade de cartas sobre o referendo, 124 ao todo, a grande maioria (100) escrita por homens e proveniente da cidade do Rio de Janeiro (79). Dessas 124 cartas, 47 se manifestaram a favor do Não e 39 pelo Sim. Vinte somente expuseram críticas aos governantes e políticos, além de questionar o referendo e 18 apresentaram argumentos variados sem, contudo, explicitar alguma posição.

No diário baiano *A Tarde*, entre 1º e 25 de outubro, foram publicadas 3 cartas sobre o referendo, que correspondem a 20% do total de 115 cartas publicadas no período. Embora o número pareça pequeno, foi o tema que ganhou mais espaço, superando o escândalo do “mensalão” e a transposição das águas do Rio São Francisco (assunto de 18 cartas). Como nos demais veículos pesquisados, o número de remetentes homens é superior ao de mulheres. Mas, neste caso, a diferença é bem acentuada: 20 homens e 2 mulheres⁴¹. O número de cartas provenientes de Salvador (18) também é bastante expressivo em relação ao total, configurando uma participação dos leitores da capital superior a dos outros jornais.

Um dado relevante é a grande desproporção do número de cartas contrárias e favoráveis à proibição do comércio de armas. Enquanto 13 (56,52%) cartas expuseram argumentos em defesa do Não, apenas três (13%) explicitaram uma adesão ao Sim. E mesmo entre as sete cartas que não revelaram abertamente a posição de seus autores, Sim ou Não, pelo menos cinco delas mostram uma tendência contrária à proibição, apresentando argumentos utilizados pelos adeptos e pela Frente do Não (como, por exemplo, o questionamento da veracidade das estatísticas que comprovavam a diminuição da violência depois da campanha de entrega voluntária de armas). Tais números não refletem o resultado da votação na Bahia, onde a disputa foi uma das mais equilibradas do país, mas parecem ser condizentes com a posição do jornal.

⁴¹ Uma carta não tem autor identificado.

No jornal *Zero Hora*, encontramos 49 cartas sobre o referendo, 20% do total de cartas publicadas no período em análise. Entre os remetentes, há 38 homens e 11 mulheres, sendo que 22 são de Porto Alegre e 27 de outras cidades do Estado. Como nos outros veículos, tivemos mais facilidade em identificar as cartas pró Sim: nove ao todo (18,36%). Entre aquelas que revelam uma tendência favorável à manutenção do comércio de armas, identificamos 20 mais explícitas, embora no grupo de críticas ao governo outras quatro apresentem argumentos neste sentido. Doze cartas limitaram-se a censurar os políticos e os governos e, nas cartas restantes, há dúvidas, críticas e elogios ao referendo, condenações e comentários sobre o resultado da apuração.

Quadro 1 – Gênero e procedência dos remetentes

Jornal	Nº de cartas sobre o referendo	Remetentes homens	Remetentes mulheres	Da capital	Do estado (e outros estados)
O Globo	124	100 (80,6 %)	24 (19,4 %)	79 (63,7 %)	45 (36,3 %)
A Tarde	23*	20 (87 %)	2 (8,7 %)	18 (78,2 %)	4 (17,3 %)
Zero Hora	49	38 (77,5 %)	11 (22,5 %)	22 (45 %)	27 (55 %)

* Entre as 23, uma não possui informações sobre o remetente.

Quadro 2 – Adesões ao Sim e ao Não

Jornal	Nº de cartas sobre o referendo	Argumentos pró Sim	Argumentos pró Não	Sem posicionamento explícito *
O Globo	124	39 (31,4 %)	47 (38 %)	38 (30,6 %)
A Tarde	23	3 (13 %)	13 (56,5 %)	7 (30,5 %)
Zero Hora	49	9 (18 %)	20 (41 %)	20 (41 %)

* Ver quadro 3

Quadro 3 – Cartas sem posicionamento explícito

Jornal	Nº de cartas	Críticas aos governos*	Críticas ao Referendo*	Outros argumentos
O Globo	38	10 (26 %)	10 (26 %)	18 (48 %)
A Tarde	7	2 (28 %)	2 (28 %)	3 (44 %)
Zero Hora	20	9 (45 %)	3 (15 %)	8 (40 %)

* Cartas que se limitam a criticar os governos e a realização do referendo sem deixar explícita a preferência por uma das duas propostas.

3.4. O que andou nas cabeças e nas bocas

A partir de uma leitura crítica das cartas pretendemos identificar as percepções dos cidadãos em relação ao referendo e suas justificativas na escolha do Sim ou do Não. Vale destacar, em primeiro lugar, que os argumentos expressos têm grande sintonia com os discursos das campanhas televisivas, o que nos confirma a influência da propaganda eleitoral sobre os votantes. No entanto, como já dissemos anteriormente, os espectadores não são passivos em relação à mídia nem são uma “tábula rasa” a ser moldada por ela. Normalmente são receptivos aos programas de tevê convergentes com suas opiniões prévias, suas crenças e posturas já estabelecidas. Sendo assim, nossa análise buscará compreender como os eleitores se apropriaram dos discursos das campanhas para justificar suas visões de mundo e, conseqüentemente, seu voto.

Para uma análise das idéias, crenças, opiniões e dos sentimentos que mobilizaram os eleitores de nossa amostra, identificamos os argumentos contidos nas cartas e agrupamo-os em eixos temáticos. De cerca de 40 argumentos diferentes, chegamos aos seguintes temas: governo, Estado, direitos, Estatuto do Desarmamento, referendo, campanhas, paz, diagnósticos da violência, conflito de classes, armamento dos criminosos, (in)eficácia da arma, conseqüências do voto (prognósticos) e análise do resultado. Nesta classificação, os temas abrangem diversos argumentos, que podem ser contrários ou favoráveis à proibição do comércio de armas. Além disso, é importante ressaltar que a separação dos temas se fez

necessária apenas para efeitos de organização do trabalho, pois há muitas interligações e interseções entre eles.

Governo

De uma forma geral, as cartas contêm, com bastante frequência, ataques aos “políticos” e ao “governo”, enfatizando a corrupção e a ineficiência das instituições públicas, principalmente as que se ocupam da segurança. Vale lembrar que o escândalo do “mensalão” estava sendo apurado na época da campanha, o que pode ter agravado o sentimento de indignação em relação às instâncias governamentais. A percepção de que os governos, principalmente nas esferas federal e estadual, não cumprem o seu dever de proteger os cidadãos se fez presente em muitas cartas. E, embora este ponto de vista tenha sido expresso, na maioria das vezes, pelos simpatizantes do Não, também foi manifestado, com menor incidência, pelos defensores do Sim. E houve também quem se dirigisse ao jornal apenas para manifestar esse descontentamento:

“Num país de miseráveis, a pergunta deveria ser: você é a favor da prisão perpétua para políticos que não se empenham em combater a corrupção na polícia e nos três poderes?” (Leandro Silvio Katzer Rezende Maciel, *O Globo*, 18/10)

Seguindo esta linha de raciocínio, muitos mencionaram também a sua sensação de desconfiança em relação à polícia, tida como “corrupta”, “despreparada” e “inoperante”. Tais declarações nos remetem à proposição de Wanderley Guilherme dos Santos de que “a cultura cívica brasileira seria caracterizada por considerável rejeição às instituições do Estado, sobretudo àquelas cujo objetivo é a preservação da ordem (polícia) e a mediação de conflitos (judiciário)” (*Apud* Kuschnir e Carneiro, 1999: 12).

No entanto, se os brasileiros demonstram, muitas vezes, um certo antagonismo em relação aos governos, seus agentes e instituições, também lhes atribuem grande poder (e dever) de decisão e ação acerca dos problemas sociais. É o que nos revelam as cartas que

manifestaram a sensação de que, por intermédio da consulta, o governo estaria transferindo a sua responsabilidade para os cidadãos⁴²:

“Por que o governo quer depositar esta carga de responsabilidade nas costas do povo ao perguntar se armas de fogo devem ou não ser comercializadas? Afinal, nós votamos nos políticos justamente para que estes tomem decisões” (Sergio Ramalho, *O Globo*, 6/10).

“A vitória do ‘não’ (...) mostra principalmente que não adianta transferir a responsabilidade para o povo decidir sobre o seu futuro e sim arregaçar as mangas e começar urgentemente a implantar políticas sérias de segurança” (Walter de Vilhena Ferradaes, *O Globo*, 22/10).

Podemos perceber claramente que os eleitores estavam enfatizando o papel do governo como gestor das políticas de segurança pública e, ao mesmo tempo, cobrando-lhe uma atuação mais eficaz. Mas também podemos conjecturar que essas cartas nos revelam um certo desprezo pela possibilidade de participação política, que demonstram uma recusa dessas pessoas à condição de protagonista exigida pelo referendo, pelo fato de imputarem exclusivamente às instituições governamentais as tarefas de responder, decidir e agir sobre os problemas que afetam a coletividade. Ainda que essa hipótese não possa ser comprovada, vale registrar que muitas pessoas se mostraram descontentes por terem sido chamadas a decidir sobre o tema. Para algumas, simpatizantes do Não em sua maioria, o governo federal estaria, através do referendo, querendo “desviar as atenções da crise política”. Ou estaria se omitindo, fugindo às suas responsabilidades, como sugere o leitor baiano Rodrigo Conrado, para quem “o referendo é fingimento, é o governo exercendo sua grande especialidade, fingir que resolve os problemas” (*A Tarde*, 14/10).

Ainda neste grupo, há cartas que associam o governo federal ao desarmamento e à campanha do Sim. O leitor Odilo Konzen, por exemplo, após afirmar que “o governo federal está empenhado no desarmamento”, indagou se o mesmo governo estaria “preparado para cumprir a Constituição, que responsabiliza o Estado pela segurança do cidadão” (*Zero Hora*, 21/10). Outras cartas expuseram o medo (ou denunciaram a existência) de uma ditadura. A idéia de que “o povo desarmado fica vulnerável” contra regimes autoritários foi bastante disseminada na época da campanha. No jornal *Zero Hora*,

⁴² Pelo menos seis cartas explicitavam este raciocínio.

três cartas defenderam esse argumento. Uma chegou a dizer que o desarmamento seria um ato do “totalitarismo tupiniquim”. No diário *A Tarde*, a carta de Dario Almofrey (20/10) também seguiu a mesma linha, argumentando que “a história mostra que governo nenhum tem interesse em ter cidadãos insatisfeitos armados. E, no Brasil, o nível de insatisfação é altíssimo”. Já no *Globo*, o leitor Rui Elia alegou que “Hitler, o da extrema direita, e Fidel, o da extrema esquerda, primeiro desarmaram os homens comuns e de bem para depois aumentar o saldo de cadáveres à conta do Estado e da própria tirania”.

Estado

Embora as noções acerca das categorias governo e Estado muitas vezes se confundam, separamos neste grupo as cartas cujos argumentos ultrapassam a discussão sobre a esfera governamental (como a má atuação dos governos na promoção da segurança pública) e conferem mais abrangência ao tema, fazendo referências a questões como democracia, constitucionalidade, legalidade e soberania nacional.

Neste grupo, também há argumentos pelo Sim e pelo Não. Os simpatizantes do Não defendem que a população deva ter mais autonomia e liberdade sobre os seus atos, rejeitando, assim, a tutela excessiva do Estado. Segundo o leitor Carlos Henrique da Costa “devemos ter uma visão mais ampla, uma participação efetiva e vigilante sobre o poder público, sobre nossos direitos, deveres e responsabilidades. Não podemos permitir sermos usados como massa de manobra” (*O Globo*, 22/10). Posição semelhante foi defendida por Noga Lubicz, que, de certa forma, faz uma síntese dessa linha argumentativa:

“Trata-se de uma escolha entre o paternalismo e a responsabilidade pessoal, e é esta escolha que o Brasil deve fazer para evoluir como país, como sociedade. Cabe a cada um de nós se responsabilizar por si mesmo, por nossa própria consciência, optando por não possuir armas, por não contribuir para a violência. Deixar ao Estado a tarefa de nos dizer o que podemos e o que não podemos fazer é manter a mentalidade adolescente, dependente de uma autoridade maior que não devemos contestar, num incentivo natural à transgressão” (Noga Lubicz, *O Globo*, 22/10).

Por outro lado, os adeptos do Sim mencionam a defesa da legalidade, do Estado de Direito. A constatação de que a garantia da segurança é função do Estado e não dos

indivíduos e a rejeição da idéia do “cada um por si” são a principal marca desses depoimentos. Eles nos remetem a idéia do “contrato social” de Thomas Hobbes, segundo o qual os indivíduos delegam ao Estado o monopólio da força, abrindo mão de parte de sua liberdade em prol da paz e da segurança coletivas. Alguns eleitores, defendendo este ponto de vista, lembram a responsabilidade do Estado não só nas questões de segurança pública, mas também na educação e na promoção da justiça social. Um deles reforçou o direito de o Estado impor certos limites aos cidadãos: “acham também que não se deveria tirar o direito do cidadão de comprar tóxicos, de fumar em recintos fechados, de dirigir depois de beber?”. De uma forma geral, as cartas que explicitam este ponto de vista referem-se à possível vitória do Não como um caminho em direção à “barbárie”:

“Leis devem seguir princípios universais. O que é mais saudável para o convívio social: uma sociedade civil armada, ou totalmente sem armas? A função de arcar com a segurança é do Estado, para isto ele foi constituído. Por que voltar para o ‘todos contra todos’ das sociedades arcaicas? Quem quer a barbárie e a paranóia?” (Thiago Cabrera, *O Globo*, 19/10).

Ainda sobre os assuntos relativos ao Estado, três cartas fizeram referências a uma possível ameaça da soberania nacional caso o comércio de armas fosse proibido. A de Günter Spieweck, leitor de *Zero Hora*, diz que “o ditado ‘se queres paz, prepara-te para a guerra’ é praticado por todos os países para evitar terem sua soberania ameaçada”. Outra lembrou o interesse das nações do “primeiro mundo” pela Amazônia e a terceira expôs um receio em relação aos países que fazem fronteira com o Brasil:

“Os pregadores do ‘Sim’ se esqueceram de combinar o desarmamento com nossos vizinhos das fronteiras do Uruguai às Guianas, que terão como opção fazer do território nacional área de lazer e parque de diversão com grave ameaça à soberania nacional. A partir do referendo, vencendo o “Sim” terão certeza de que basta pular o muro para entrar num país continental onde legalmente nenhum cidadão de bem tem permissão para portar uma arma. Não bastasse a missão quase impossível de responsabilidade das Forças Armadas de guardar nossas fronteiras, vamos abrir mão também da nossa soberania nacional” (Gemerson Henrique Dias, *O Globo*, 21/10).

Direitos

Os argumentos em torno dos direitos, ainda que tenham sido utilizados pelos dois lados da disputa, foram mais enfatizados pelos simpatizantes do Não. Para essas pessoas, mais importante era discutir a perda dos direitos à defesa, à escolha e ao livre arbítrio do que as questões relacionadas à violência e à comercialização das armas de fogo. Nas cartas que expressam este ponto de vista, muitas vezes o remetente diz não ter e não querer ter uma arma, não abrindo mão, contudo, do seu direito de comprá-la “caso sentisse a real necessidade de tê-la”. Talvez por razões relacionadas ao perfil socioeconômico dos leitores de cada veículo, tal opinião apareceu com mais frequência nas cartas do jornal *O Globo* e em algumas cartas do *Zero Hora*, não tendo sido mencionada no jornal *A Tarde*. Consideramos que, quanto maior é o poder aquisitivo dos leitores, maior é a facilidade de acesso às armas legais, que custam, em média, R\$ 2.500,00 (valor da arma acrescido das taxas, certidões e do curso exigidos). Talvez por isso eles possam ter uma sensação de perda de um direito “concreto”, pois a compra de uma arma se encaixa perfeitamente em suas possibilidades financeiras.

Já o direito à vida, enfatizado na campanha do Sim, também foi mencionado por simpatizantes das duas Frentes. Alguns defensores do Não disseram querer ter uma arma justamente para garantir o seu direito à vida. Por outro lado, alguns adeptos do Sim chamaram a atenção para o risco que o “direito à defesa” representava:

“Eu quero proibir o direito de um cidadão qualquer adquirir uma arma que um dia pode tirar a minha vida ou a vida dos meus mais queridos, por uma bobagem” (José Celmar Roir da Silva, *Zero Hora*, 15/10)

“O dever que eu tenho de dizer "Sim" me dá o direito de defender meus filhos, meus parentes, minha vida destas armas em mãos de supostas pessoas de bem” (Rosane de Cássia Couto Machado, *O Globo*, 15/10).

Referendo

Em relação à realização da consulta popular temos também opiniões divergentes, embora ela tenha sido muito mais criticada do que defendida. O gasto que o referendo representou aos cofres públicos e a sensação de que ele teria o propósito de encobrir os

escândalos políticos foram alguns argumentos utilizados por quem era contrário à sua realização (simpatizantes do Não em sua maioria). Alguns leitores chegaram a sugerir que o dinheiro gasto poderia ter sido aplicado na reforma de cadeias, no aparelhamento e treinamento das polícias, na alimentação do povo ou na área social. Além disso, muitos disseram preferir que um referendo fosse realizado para tratar de outros assuntos, como dívida externa, pena de morte, aumento do salário mínimo, desfavelização, reforma política e controle da natalidade. Houve também quem defendesse uma consulta “para saber se os brasileiros não desejam reduzir o número de senadores, de deputados e de ministérios”, para “saber se o povo desejaria que houvesse penas mais severas para políticos corruptos e até mesmo uma redução nos salários dos mesmos” ou para “decidir quantos deputados e senadores de cada Estado brasileiro seriam necessários para legislar”.

A favor do referendo, quatro cartas referiram-se à sua importância como instrumento da democracia. Segundo Sílvia Bregman, embora embora a propaganda do Não tenha tentado desqualificá-lo, dizendo que custou R\$200 milhões, “o custo de mortos e feridos a bala é muito mais alto e também sai dos nossos bolsos, sem falar no custo humano, muito maior” (*O Globo*, 23/10). Neste sentido também seguiram as cartas de João Pedro Noronha Santos e Célio Ângelo Pasqualotto:

“O exercício do referendo como instrumento de democracia indireta (*sic*) mais uma vez se manifesta de forma extraordinária, permitindo que toda a população votante opine sobre um assunto que a todos aflige, a comercialização de armas de fogo. A consciência da participação neste evento é mais um passo na direção do verdadeiro progresso político e do exercício da cidadania” (João Pedro Noronha Santos, *O Globo*, 25/10).

“Independentemente do resultado do referendo, a vencedora é a população brasileira, que pode decidir sobre a questão das armas e não deixar o assunto nas mãos de políticos que votam de acordo com seus interesses” (Célio Ângelo Pasqualotto, *Zero Hora*, 23/10).

Outras cartas argumentavam que a pergunta estava mal formulada e que seria difícil compreender a cédula. Houve também quem ponderasse que o povo ainda não estaria apto a votar, ou porque houve “pouco tempo de discussão” ou porque a população é “despreparada, composta em grande parte de analfabetos, que sequer podem ler a pergunta”. Na percepção dessas pessoas, muitos não sabiam o que significava dizer sim ou não. Na análise Wilson Gordon Parker, essa falta de informação teria favorecido a

manutenção do comércio de armas: “uma grande parte não entendeu muito bem o que estava referendando e pelo sim, pelo não, votou não” (*O Globo*, 25/10).

Estatuto do Desarmamento

Críticas, dúvidas e esclarecimentos em relação ao Estatuto também se fizeram presentes. Um dos argumentos pró Não era que o Estatuto já seria suficiente para desarmar a população e combater o tráfico de armamentos, “estabelecendo severas restrições e dificuldades para a aquisição, regular e legal, de armas de fogo e munições no país”. O referendo, portanto, não era necessário. Entre as críticas apontadas, vale registrar duas que foram publicadas em *Zero Hora*: a de Carlos Alexandre Bueno (23/10), para quem o Estatuto “já colocou a população de joelhos”, e a de José Nestor Klein (2/10), que questionou a legitimidade da lei ao suspeitar que teria sido aprovada “mediante a compra da consciência via mensalão”.

Campanhas

A respeito das campanhas de tevê, algumas cartas alegavam que elas não contribuía para a decisão de eleitor, suscitando mais dúvidas do que esclarecimentos. Declarações como “estou dividida em relação ao referendo”, “já mudei de opinião várias vezes” e “a campanha deixa de cumprir a sua função precípua que é informar o cidadão” aparecem com certa frequência. O leitor José Carlos Maciel de Souza (*O Globo*, 21/10) chegou a transformar a sua dúvida em ironia: “parabéns para as campanhas, tanto pelo sim como pelo não, pois não consigo me decidir”. Ivoni Coelho de Souza (*Zero Hora*, 11/10) reclamou da quantidade de estatísticas “geralmente provenientes de fontes e métodos duvidosos, e contestadas pela frente opositora”.

Há, ainda, críticas em relação à participação de artistas de Rede Globo na campanha do Sim. A argumentação de que eles dispõem de segurança privada e carros blindados desqualificava-os para o debate. Além disso, a influência que poderiam ter sobre o eleitorado foi percebida como uma “manipulação da mídia” em favor de um dos lados da questão.

Por fim, uma carta pergunta de onde vinha o dinheiro das campanhas e quatro ressaltam os interesses dos fabricantes de armas, que, como os “únicos a ter vantagem” com a manutenção do *status quo*, estariam financiando a campanha do Não. Segundo Nelio Sampaio de Faria, “por trás do argumento do direito individual sustentado pelos defensores das armas, há muito de interesse econômico, como o dos deputados que recebem dos fabricantes de armas dinheiro para suas campanhas” (*O Globo*, 22/10).

Paz

As motivações pacifistas e humanitárias também se mostraram frequentes. Dentro deste grupo, podemos destacar a defesa da vida e a rejeição à violência. Tais argumentos revelam uma visão de mundo preocupada com a ética e o respeito ao próximo. E também preocupada com os números da violência no Brasil e suas consequências. “As armas de fogo estão dizimando a nossa juventude”, dizia a carta de Marcos Santa Cruz (*O Globo*, 22/10). “Colecionadores de armas, comecem a colecionar seres humanos, principalmente crianças, pois existem aos milhões disponíveis para serem cuidadas”, defendeu Elcio Duarte (*O Globo*, 22/10). Falou-se também do direito de viver num mundo onde a paz seja possível. O remetente Lauro Becker, ao observar a “fúria” dos favoráveis ao comércio de armas, indagou o que fariam essas pessoas com uma arma na mão num momento de tensão: “atirarão flores sobre o seu desafeto?” (*Zero Hora*, 20/10). Abaixo, reproduzimos outras três cartas bem representativas desta categoria, que, mesmo sendo bastante heterogêneas, têm em comum a mensagem de paz e a recusa à cultura do medo e da agressividade.

“Fala-se no direito de o homem de bem adquirir sua arma. Desde quando um verdadeiro homem de bem compraria uma arma? Já imaginaram Ghandi, Chico Xavier, Madre Teresa de Calcutá comprando armas para se defender? Aqueles que realmente vivem o bem respiram paz e esperança” (Paulo Fernando Rodrigues da Cruz, *O Globo*, 22/10).

“Nos anos 70, a marca da juventude, do movimento hippie, era “faça amor não faça guerra”, o ‘Flower power’. Pregava-se o amor e a paz. Hoje, em tempos de pitbulls e pitboys, de raps enaltecendo o crime e a violência, de lutadores de academia que fazem das pistas de dança o tatame preferido, é com grande tristeza que percebo grande parte dessa juventude votando pelas armas, pelo direito de matar, de fazer a guerra. Ah, bons tempos que eles não conheceram” (Celso P. Bravo, *O Globo*, 22/10).

“Voto pelo ‘Sim’ porque escolho apostar na vida, porque minha vida é uma luta constante contra a desesperança, porque prefiro continuar lutando pelo que acredito pelas vias da legalidade, porque desejo para meus filhos, netos, uma sociedade sem armas, onde a coragem não seja associada a homens fortes armados, mas a homens íntegros e éticos. Voto pelo ‘Sim’ porque amo a vida, a minha e a dos outros” (Gláucia Helena Barbosa, *O Globo*, 22/10).

Diagnósticos da violência

Diversas cartas fizeram referências a respeito das causas da violência no Brasil. Assim como nas campanhas, elas expressam diferentes visões sobre o assunto. Os defensores do Sim alertavam para o risco dos acidentes e dos crimes de proximidade. As brigas de trânsito que resultam em mortes, crianças e adolescentes feridos por colegas nas escolas e mulheres baleadas por maridos foram algumas das situações que eles mencionaram para justificar a proibição do comércio de armas. Na mesma linha argumentativa, dois remetentes falaram da redução das taxas de homicídios como consequência da diminuição do número de armas em circulação a partir da campanha de entrega voluntária. Contrários a essa visão, outros dois questionaram tais números. Para Marli Piva Monteiro, a estatística seria mentirosa: “será que nos acham a todos idiotas? Então era a população que se matava entre si e a gente acusando os pobres dos marginais!” (*A Tarde*, 4/10).

A carta de Marli expressa um dos principais argumentos da campanha do Não: a idéia de que o “cidadão de bem” não é o causador da violência. Cidadão, aliás, “não troca tiros com bandido, muito menos faz parte de chacinas”, constatou Valdomiro de Oliveira (*A Tarde*, 17/10). Para grande parte dos remetentes, o grande problema são os bandidos, com seus arsenais bélicos, e a ineficácia do poder público em combater a criminalidade. Além disso, a grande quantidade de mortes no trânsito, maior que a de crimes cometidos com armas de fogo, também serviu de argumento para aqueles que se mostravam favoráveis ao Não, já que “a comercialização de automóveis não seria proibida”.

No jornal *A Tarde*, chamam a atenção as duas cartas que relacionam violência e pobreza. O leitor Carlos Sampaio, defensor do Não, diz que “a maior arma, fonte da

violência e causadora de mortes é a miséria em que está mergulhada a nossa população” (12/10). Para ele, “o nascimento desordenado na classe mais pobre gera a cada dia mais miséria” e, por isso, “um bom programa de planejamento familiar ajudaria muito mais”. Outro leitor, Erivan Santana, também se mostrou preocupado com as políticas públicas. Sua carta diz que o referendo estaria desviando a atenção para as verdadeiras causas da violência no Brasil – “a profunda desigualdade social, o desemprego e a falta de segurança do cidadão comum” – e que o Estado deveria cumprir com suas obrigações, “promovendo a igualdade social, a educação e a segurança pública” (20/10). É uma posição em defesa dos direitos sociais.

Conflito de classes

Mesmo não tendo sido questões muito debatidas, as motivações e conseqüências diferenciadas para ricos e pobres em relação ao referendo foram mencionadas em algumas cartas. Na crítica à participação dos atores globais na campanha, por exemplo, o fato de eles pertencerem a uma classe privilegiada, que poderia dispor de segurança privada, serviu ao argumento de que essas pessoas não seriam afetadas pela proibição do comércio de armas. Da mesma forma os políticos, “que têm carros blindados e seguranças armados 24 horas do dia”. Para Júlio Lopes, “à proposta de desarmamento deixando os bandidos armados é coisa de quem só anda com seguranças, de helicóptero, ou, se no asfalto, com batedores” (*O Globo*, 23/10).

Por outro lado, dois remetentes argumentaram que as classes baixas já não têm acesso às armas legais por falta de recursos financeiros. Para essas pessoas, o direito individual (e elitista) de comprar uma arma não poderia se sobrepor ao direito coletivo a uma segurança pública de qualidade. Segundo Gerson de Menezes, “enquanto o cidadão achar que compete a ele ter uma arma e recursos sofisticados para se defender (...), as coisas permanecerão como estão: cada um se arma como pode e o pobre que se vire com a polícia” (*O Globo*, 23/10). Nelio Sampaio de Faria, por sua vez, destacou que, através da manipulação do medo, as classes altas estariam conseguindo fazer valer a sua vontade:

“Uma pequena parcela da sociedade que pode comprar armas, munição e ter aulas de tiro e que não acredita nas soluções coletivas, próprias das

sociedades modernas, consegue, por meio de uma campanha que dissemina o medo, o apoio de muitos que não têm arma, seja porque não desejam ter, seja porque sequer têm dinheiro para comprar” (Nelio Sampaio de Faria, *O Globo*, 22/10).

Sua carta nos lembra a noção de hegemonia que Antonio Gramsci caracteriza como a liderança ideológico-cultural de uma classe sobre as outras. Sobre essas disputas para a construção de uma visão de mundo predominante, o jornalista Dênis de Moraes afirma que, “ao examinar as tensões entre as forças sociais, estamos penetrando no campo das batalhas ideológicas pela conquista da hegemonia cultural” (2002).

Armamento dos criminosos

Sobre a origem do armamento dos criminosos, a constatação de que “bandido não compra arma em loja” foi mencionada com certa frequência por aqueles que consideravam a proibição inútil. Referências ao contrabando também foram várias, principalmente para contestar as informações da Frente do Sim de que as armas legais roubadas abastecem a criminalidade. Tal argumentação encontrou muitas resistências. Principalmente porque a população, de uma forma geral, associa os criminosos a armamentos pesados que não passam pelas mãos do “cidadão comum”.

(In)eficácia da arma

Entre as que defendiam o Sim, algumas falam da ineficácia das armas para a defesa pessoal, mencionando o despreparo das pessoas para usá-las e os riscos que elas representam. Entre eles, o perigo da reação aos assaltos, a vantagem dos criminosos atribuída ao “elemento surpresa” e a possibilidade de roubo da arma pelo bandido. Em linhas gerais, a idéia era de que o armamento produz mais insegurança, podendo transformar seus portadores em alvos preferenciais ou assassinos potenciais. Este foi o argumento de Manoela Pires, para quem “o desarmamento apenas torna claro, explícito e decisivo o pensamento de que, se a arma não foi criada para defender (ela não é escudo),

mas para atacar, não pode ser um objeto do cidadão, que não foi feito para atirar” (*O Globo*, 23/10).

Outros leitores, porém, sustentaram a necessidade do uso da arma. Para Gustavo Borges, proibir o comércio é abrir mão “de nossa última linha de defesa” (*O Globo*, 22/10). Segundo Leandro Monteiro “é o medo de um morador armado que ainda impede muitos atos de vandalismo e pequenos roubos nas casas. Impede que pessoas invadam quintais para roubar frutas, roubar rádios de automóveis nas garagens, entre outros crimes” (*O Globo*, 23/10).

Conseqüências do voto (prognósticos)

Entre todos os temas, as conseqüências da proibição do comércio de armas foi o que mais mobilizou os remetentes, sendo mencionado em grande quantidade de cartas. Mas, neste caso, foram mais enfatizadas as possíveis desvantagens, entre elas o aumento da criminalidade e do comércio clandestino. A projeção de “um futuro incerto e sombrio com a eventual vitória do Sim” foi uma das estratégias utilizada pela Frente do Não, conforme apontou Lissovsky (2006) em seu estudo sobre os *spots* das campanhas. A preponderância de cartas que mencionam esses maus prognósticos nos faz crer que, neste aspecto, a campanha foi bastante eficaz.

A principal mensagem enfatizada neste grupo foi o aumento dos sentimentos de insegurança e de vulnerabilidade. As cartas revelam o quanto o medo dos “criminosos” mobilizou os remetentes, tendo sido fator decisivo na escolha do voto. Entre essas cartas, podemos citar a do leitor Milton Monçores Velloso, que dizia que “é muito desconfortável e perigoso saber que os bandidos continuarão armados” (*O Globo*, 22/10), ou a de Mário Colombo, que afirmava que, “no momento em que as pessoas de bem estiverem sem proteção em suas casas, haverá estímulo para a bandidagem praticar assaltos cada vez mais ousados na certeza do sucesso” (*O Globo*, 15/10). Constatamos que o desarmamento, na opinião dessas pessoas, representava um risco por aumentar suas chances de vitimação. O conflito entre “pessoas de bem” e marginais permeia o conteúdo desses discursos, todos eles centrados na idéia de que o cidadão ficaria impossibilitado de “defender sua família e seu patrimônio”, enquanto os bandidos, com suas armas, estariam em situação vantajosa. A

carta de Ivoni de Souza, por exemplo, sugeriu que, “se a pesquisa ouvisse a bandidagem, não seria difícil imaginar o resultado” (*Zero Hora*, 11/10). Outra, a de Cátia Duarte, previu que, com a interrupção do comércio de armas, estaríamos “estendendo uma bandeira branca em nossas janelas, nos expondo e aos nossos familiares, facilitando o crime” (*A Tarde*, 10/10). Mas a carta de Valmor Kerber talvez seja a que melhor represente este tipo de argumento. Ele diz que

“desarmar um dos lados do conflito aberto na sociedade, sem que se assegure o efetivo controle da capacidade ofensiva da criminalidade que sobre ele se exerce é uma insanidade arbitrária e de consequência potencialmente genocida” (*Zero Hora*, 20/10).

Entre os outros argumentos, destacamos ainda os prognósticos sobre o aumento do comércio clandestino de armas e a afirmação de que a proibição iria influenciar negativamente a nossa economia, pois o Brasil, sem desenvolver a sua própria tecnologia, ficaria dependente “de importações das nações do Primeiro Mundo”. Houve quem dissesse que “os concorrentes internacionais agradecerão” e que o referendo estaria acontecendo “entre outros motivos, pelo fato de o Brasil estar incomodando os EUA na exportação de armas produzidas internamente”. Duas cartas mencionaram o desemprego que poderia ser provocado pela medida e quatro explicitaram a sensação de que a votação não traria nenhuma mudança significativa, pois a violência continuaria nos mesmos níveis. Uma delas dizia que “os bandidos armados continuarão armados e o cidadão, com ou sem arma, continuará indefeso”. Outra constatava que “se votarmos não à proibição do comércio de armas fica tudo como está. Se votarmos sim nada acontecerá pois a polícia e o Ministério da Defesa, que já têm poderes para a fiscalização, continuarão inoperantes”. Notemos aí a desesperança, o ceticismo em relação a um futuro melhor.

Uma única carta, a do leitor José Celmar, fez um prognóstico positivo ao defender que “a campanha da proibição do comércio de armas para civis é uma tentativa de diminuir, de pôr um freio nesta cultura de violência em que vivemos” (*Zero Hora*, 15/10).

Análise do resultado

Depois da votação, alguns leitores comentaram o resultado das urnas. Algumas cartas defenderam que a vitória do Não teria sido uma forma de protesto contra a ineficiência dos governos na gestão da segurança pública. Falou-se também do descontentamento da população com os escândalos de corrupção que envolviam o governo federal. Para o leitor Itamar Bayma, Lula e o PT deveriam “ter cautela em relação às próximas eleições” (*A Tarde*, 25/10).

Por fim, duas cartas ressaltaram aquelas que, para nós, representam as principais motivações dos eleitores. Uma diz que o êxito do Não “significa o medo que temos quando saímos ou estamos em nossas casas”. Outra sugere que “o povo só votou nesta opção por falta de confiança no seu próprio governo”.

3.5. Diferenças regionais

De uma forma geral, as cartas dos três veículos apresentam os argumentos semelhantes com variações na quantidade que nos é apresentada. Como já mencionamos, a questão da legítima defesa, por exemplo, quase não foi citada no jornal baiano, tendo sido bastante enfatizada no jornal fluminense.

Por outro lado, algumas argumentações não apareceram em todos os veículos. A associação entre miséria e violência só foi mencionada pelos eleitores da Bahia. Citações aos problemas rurais e ao MST também só apareceram nos jornais da Bahia e do Rio Grande do Sul. No jornal *A Tarde*, uma carta defendeu que sitiantes e fazendeiros ficariam impedidos de se defender. Em outra, seu autor dizia ter a sensação “de que a intenção de proibir a posse de armas de fogo pela população civil honesta e trabalhadora” seria exclusivamente para assegurar a prisão de fazendeiros que reagissem a ataques do MST. Já no diário *Zero Hora*, o leitor José Klein afirmou que o Estatuto do Desarmamento era “mais um engodo das esquerdas, cujos objetivos revolucionários se tornam explícitos com o anunciado apoio do MST”. A leitora Cristina Dias, por sua vez, lembrou que, de acordo

com o Estatuto, “o morador de área rural só *poderia* ter uma arma de fogo se dela *dependesse* para alimentar sua família”.

No *Globo*, chamou-nos a atenção o quanto o tráfico permeia o imaginário das pessoas. Pelo menos seis leitores se referiram aos “invencíveis traficantes” e seus arsenais de guerra (fuzis UZI ou AR15, granadas, bazucas, metralhadoras antiaéreas), revelando, desta forma, não só uma justificativa da sua opção pelo Não, mas também o seu sentimento de fragilidade perante um inimigo mais poderoso e onipresente.

Em relação aos sentimentos que caracterizam as falas regionais, também vale registrar a opinião da leitora Eloí Ponssoni:

“Já é difícil comprar armas e munição no Brasil, vendidas só para pessoas sem antecedentes criminais, com CPF, carteira de identidade, residência fixa e sei lá mais o quê. Se nas Constituições estadual e federal nada nos obriga ao desarmamento, por favor, deixem o Rio Grande fora disso!”
(*Zero Hora*, 19/10).

A carta nos remete a um tema que, segundo Ruben Oliven, é recorrente na relação do Rio Grande do Sul com o Brasil: “a tensão entre autonomia e integração”. Para Oliven, “a ênfase nas peculiaridades do estado e a simultânea afirmação do pertencimento dele ao Brasil se constitui num dos principais suportes da construção social da identidade gaúcha que é constantemente atualizada, reposta e evocada” (Oliven, 1992: 47).

Conclusões

Quase dois anos após a realização do referendo, pouco se fala sobre esse acontecimento ímpar na história política do Brasil. Talvez pelo fato de seu resultado não ter trazido nenhuma mudança significativa na vida dos brasileiros. No entanto, muitas das falas mobilizadas durante a campanha, muitos dos valores acionados durante o processo eleitoral podem ser detectados todos os dias nas páginas dos jornais, nos noticiários de TV, nos discursos de políticos, de lideranças comunitárias, de setores ligados à segurança pública e da sociedade em geral. Até porque tais discursos, argumentações, idéias e sentimentos não surgiram por ocasião da votação nem se esgotaram com ela. Constituem um conjunto de visões de mundo e de opiniões acerca dos problemas da violência urbana que, embora evidenciadas em função do referendo, vêm sendo construídas ao longo de décadas (séculos, para alguns autores).

Apesar das limitações impostas pelas cartas de jornais como fonte de pesquisa, a sua leitura ajuda-nos a compreender um pouco dessas visões e crenças. Se o número de cartas contrárias e favoráveis à proibição do comércio de armas não traduz, necessariamente, os percentuais de votos Sim e Não ocorridos em cada estado, supomos que a incidência de justificativas e argumentações também não possa ser tomada como um retrato fiel das motivações do eleitorado em termos quantitativos. Mesmo porque, para além do controle editorial que o jornal exerce sobre as cartas, o universo de remetentes não reproduz a sociedade como um todo. No entanto, para uma análise qualitativa das opiniões e sentimentos que orientaram os eleitores da nossa amostra em suas escolhas, o material é bastante rico, pois nos apresenta boa quantidade de argumentos diferenciados, evidenciando as disputas simbólicas que caracterizaram o debate.

Ressaltamos, mais uma vez, que a propaganda eleitoral gratuita teve grande importância como fonte de referências e informações. A confirmar a pesquisa do IBOPE, segundo a qual 90% dos eleitores estavam acompanhando os programas na tevê, as cartas nos apresentam argumentações bem semelhantes às das campanhas. No entanto, consideramos que várias dessas argumentações já eram compartilhadas no imaginário social antes do processo eleitoral, e foram utilizadas, reforçadas ou contestadas pelas duas Frentes durante a campanha.

Retomando a noção de cultura política como “algo que nos aponta as motivações que levaram determinado indivíduo, grupo de indivíduos ou sociedade a adotar um comportamento político e não outro” (Gouvêa e Santos, 2007: 92) e lembrando que uma cultura política dominante pode se configurar a despeito da existência de idéias, crenças e visões de mundo conflitantes, podemos extrair do conjunto de visões e motivações identificadas aquelas que têm preponderância no imaginário dos eleitores aqui analisados. São essas que acabam traduzindo as escolhas políticas da maioria, apesar das vozes contrárias e dissonantes.

Sob essa ótica, identificamos os elementos que nortearam muitas das argumentações e chegamos a algumas considerações. Em primeiro lugar, temos que resistir ao ímpeto da simplificação. Classificar as opiniões em torno do Sim e do Não como progressistas e conservadoras ou pacíficas e bélicas é reduzir por demais a complexidade da discussão. Lembremos, por exemplo, que, embora a Frente do Não tenha sido constituída por parlamentares de partidos mais alinhados à “direita”, o Não também foi defendido por anarquistas e membros do Partido Socialista dos Trabalhadores Unificado (PSTU). Ou seja, as razões que orientaram as escolhas foram bem variadas.

Entre as cartas dos defensores do Sim, notamos uma pulverização de argumentos (a exemplo do que ocorreu na própria campanha). Crimes de proximidade, ineficácia da arma para a defesa pessoal, roubo de armas legais por bandidos e valorização da paz foram as principais justificativas mencionadas. Pudemos constatar que esses remetentes conferem maior crédito à figura do Estado e ressaltam, ao mesmo tempo, o dever dos cidadãos de colaborar na prevenção da violência urbana.

Mas esta não foi, como vimos, a opinião dominante. Entre os simpatizantes do Não, duas temáticas apareceram com mais frequência: a rejeição aos governos de forma geral e principalmente ao governo federal (por sua ineficácia, omissão ou corrupção) e o antagonismo entre “cidadãos de bem” e bandidos, este enfatizado pelos sentimentos de medo e vulnerabilidade.

A forte rejeição ao governo foi traduzida em palavras de descrédito, desconfiança e até mesmo de raiva e indignação. E também por argumentos que indicam uma forte percepção de que os governos (e, neste caso, não só os governos, mas, de uma forma mais abrangente, o Estado) não têm conseguido garantir a segurança dos cidadãos. Tal percepção

produz e reforça discursos individualistas, que trazem a questão da segurança pública para a esfera privada. Se os cidadãos não podem contar com o Estado para defender a sua vida e defender-lhes da morte violenta (tarefas que, para Hobbes, justificam a própria existência do Estado), as soluções individuais ganham destaque. As diversas críticas às polícias, consideradas, de forma genérica, ineficientes e corruptas, comprovam a força dessas percepções. Citando novamente Wanderley Guilherme dos Santos, a rejeição à polícia e ao sistema judiciário são traços da cultura cívica brasileira (*Apud* Kuschnir e Carneiro, 1999: 12). Para Sérgio Adorno, enquanto o direito à segurança for privilégio de poucos, “os cidadãos prosseguirão desconfiando de suas instituições e, mais do que isto, suspeitarão de que soluções para o controle eficiente da violência não podem ser encontradas no domínio do Estado democrático de direito” (1999: 28).

Além disso, o temor do autoritarismo estatal, embora menos enfatizado, fez-se presente na preocupação em torno da perda de direitos e no medo de uma suposta ditadura. Para alguns remetentes, a proibição do comércio de armas representava um atentado à liberdade. Mesmo que essa liberdade se traduza em risco para os próprios cidadãos, o Estado não teria o direito de ameaçá-la.

Sobre a disputa entre “cidadãos de bem” e marginais, evidenciada pela oposição “bandidos armados x cidadãos desarmados”, vale registrar que ela parece-nos reafirmar as percepções em torno das supostas vantagens concedidas aos criminosos em nossa sociedade. Assim como os “direitos humanos do preso” são “qualificados como privilégios conferidos a bandidos em uma sociedade onde o ‘homem de bem’, trabalhador honesto, não tem a proteção das leis, das políticas sociais e do poder público” (Adorno, 1999: 28), o direito ao uso da arma também foi mencionado como algo que não pudesse ser “privilégio” dos criminosos, tendo sido objeto de uma competição mais simbólica do que efetiva (já que, na prática, a maioria das pessoas não possui arma de fogo).

Como pano de fundo dessa disputa (e a provocá-la), as sensações de medo, desproteção e insegurança permearam as argumentações. Principalmente o medo dos ladrões, dos assaltantes, dos estupradores. O medo da desvantagem na hora do confronto com o outro (imaginário ou não) e da vulnerabilidade diante de inimigos mais poderosos, porque armados. A campanha do Não soube explorar muito bem esses medos, chegando a usar o personagem do bandido em alguns de seus *spots*. O Sim, no entanto, não conseguiu

convencer que os “cidadãos de bem” é que cometem o maior número de homicídios. Para Christina Vital da Cunha, “acreditar que o próximo representa risco e um risco potencialmente maior que o ‘bandido’ seria potencializar a grande sensação de vulnerabilidade já existente” (2006: 89). Os inimigos precisam ser claramente identificáveis para ser combatidos e, de certa forma, eliminados. Para isso, os inimigos clássicos se prestam: para fazer convergir em torno deles todos os discursos de combate à violência.

A disseminação do medo e sua utilização em disputas eleitorais são práticas frequentes e antigas. Só para citar alguns exemplos recentes da história política brasileira, lembremos dos *slogans* “sem medo de ser feliz” e “a esperança venceu o medo”, das campanhas do então candidato Luís Inácio Lula da Silva à presidência de República. O medo, como afirma Vera Malaguti Batista, “se transfigura em sentimento, em afeto, em política econômica, em projetos de lei, em fragmentos discursivos, em cenários, em políticas sanitárias” (Batista, 2003).

Transfigura-se também em voto. Na incerteza de uma “guerra”, a tendência é não querer descartar as armas disponíveis (mesmo que elas não estejam tão disponíveis assim). Sentimentos de ameaça de vitimação alimentam o clamor pela construção de penitenciárias, pela política do encarceramento e a instituição de penas cada vez mais severas, ao mesmo tempo que incrementam o mercado de armas e de segurança privada. Nesse contexto, os discursos pela paz e pela responsabilização dos cidadãos na tarefa de prevenção da violência não foram fortes o suficiente diante do medo de uma população que se sente desprotegida. Num cenário de grande sensação de insegurança, o Sim, que contava com a adesão inicial de grande parcela da população, não resistiu à enxurrada de discursos e imagens que apontavam para um futuro potencialmente mais assustador. Na dúvida, o medo falou mais alto.

Anexos

Justiça Eleitoral

Referendo 2005

O comércio de armas de fogo e munição deve ser proibido no Brasil?

Apuração realizada no TSE até às 10h29min do dia 25/10/2005

Brasil(%)	Seções	Apurado	SIM	NÃO	Abstenção	Branco	Nulos
Brasil	100.00	100.00	36.06	63.94	21.85	1.39	1.68
Regiões(%)	Seções	Apurado	SIM	NÃO	Abstenção	Branco	Nulos
CENTRO-OESTE	100.00	100.00	31.40	68.60	24.62	1.20	1.31
NORDESTE	100.00	100.00	42.49	57.51	25.22	1.38	1.81
NORTE	100.00	100.00	28.87	71.13	27.90	0.89	1.08
SUDESTE	100.00	100.00	39.69	60.31	19.64	1.56	1.98
SUL	100.00	100.00	20.41	79.59	18.22	1.21	1.03
Estados(%)	Seções	Apurado	SIM	NÃO	Abstenção	Branco	Nulos
ACRE-AC	100.00	100.00	16.24	83.76	30.51	0.83	1.23
ALAGOAS-AL	100.00	100.00	45.14	54.86	26.95	1.17	1.76
AMAPA-AP	100.00	100.00	26.52	73.48	24.39	0.71	0.93
AMAZONAS-AM	100.00	99.99	30.84	69.16	26.84	0.79	1.00
BAHIA-BA	100.00	100.00	44.55	55.45	27.93	1.42	2.18
CEARA-CE	100.00	100.00	45.30	54.70	23.47	1.47	1.48
DISTRITO FEDERAL-DF	100.00	100.00	43.17	56.83	19.71	1.29	1.31
ESPIRITO SANTO-ES	100.00	100.00	43.62	56.38	22.81	1.64	1.29
GOIAS-GO	100.00	100.00	32.10	67.90	25.61	1.35	1.55

MARANHAO-MA	100.00	100.00	38.87	61.13	29.28	1.19	1.82
MATO GROSSO-MT	100.00	100.00	23.11	76.89	27.22	1.01	1.05
MATO GROSSO DO SUL-MS	100.00	100.00	26.67	73.33	24.13	0.96	1.05
MINAS GERAIS-MG	100.00	100.00	38.72	61.28	21.72	1.67	2.00
PARA-PA	100.00	100.00	32.88	67.12	27.96	0.95	1.09
PARAIBA-PB	100.00	100.00	36.86	63.14	21.66	1.47	1.63
PARANA-PR	100.00	100.00	26.85	73.15	19.55	1.29	1.17
PERNAMBUCO-PE	100.00	100.00	45.51	54.49	23.15	1.48	1.57
PIAUI-PI	100.00	100.00	37.09	62.91	23.35	1.38	2.19
RIO DE JANEIRO-RJ	100.00	100.00	38.11	61.89	18.83	1.71	2.46
RIO GRANDE DO NORTE-RN	100.00	100.00	38.02	61.98	23.01	1.19	1.56
RIO GRANDE DO SUL-RS	100.00	100.00	13.17	86.83	17.12	1.15	0.88
RONDONIA-RO	100.00	100.00	21.72	78.28	29.17	0.89	0.94
RORAIMA-RR	100.00	100.00	15.00	85.00	26.51	0.68	0.82
SANTA CATARINA-SC	100.00	100.00	23.36	76.64	17.99	1.20	1.11
SAO PAULO-SP	100.00	100.00	40.45	59.55	18.68	1.45	1.83
SERGIPE-SE	100.00	100.00	37.12	62.88	21.32	1.34	1.97
TOCANTINS-TO	100.00	100.00	24.01	75.99	28.85	0.98	1.40
Capitais(%)	Seções	Apurado	SIM	NÃO	Abstenção	Branços	Nulos
ARACAJU-SE	100.00	100.00	38.08	61.92	19.62	1.31	1.96
BELEM-PA	100.00	100.00	41.50	58.50	20.85	1.08	1.15
BELO HORIZONTE-MG	100.00	100.00	37.09	62.91	19.03	1.75	2.53
BOA VISTA-RR	100.00	100.00	18.10	81.90	25.49	0.69	0.82
BRASILIA-DF	100.00	100.00	43.17	56.83	19.71	1.29	1.31

CAMPO GRANDE-MS	100.00	100.00	29.60	70.40	19.86	0.86	1.17
CUIABA-MT	100.00	100.00	29.68	70.32	22.48	1.03	1.33
CURITIBA-PR	100.00	100.00	26.88	73.12	17.89	1.23	1.42
FLORIANOPOLIS-SC	100.00	100.00	32.85	67.15	19.17	1.15	1.94
FORTALEZA-CE	100.00	100.00	44.46	55.54	18.13	1.38	1.29
GOIANIA-GO	100.00	100.00	35.78	64.22	26.87	1.28	1.97
JOAO PESSOA-PB	100.00	100.00	38.79	61.21	16.92	1.37	1.28
MACAPA-AP	100.00	100.00	30.11	69.89	21.97	0.76	0.96
MACEIO-AL	100.00	100.00	48.67	51.33	20.21	1.04	1.47
MANAUS-AM	100.00	100.00	36.96	63.04	18.17	0.83	0.83
NATAL-RN	100.00	100.00	41.99	58.01	19.02	0.96	1.70
PALMAS-TO	100.00	100.00	36.98	63.02	27.36	0.87	0.92
PORTO ALEGRE-RS	100.00	100.00	16.34	83.66	17.18	1.10	1.17
PORTO VELHO-RO	100.00	100.00	24.85	75.15	22.10	0.76	0.98
RECIFE-PE	100.00	100.00	46.54	53.46	18.23	1.32	1.30
RIO BRANCO-AC	100.00	100.00	21.20	78.80	24.16	0.82	1.02
RIO DE JANEIRO-RJ	100.00	100.00	36.34	63.66	19.58	1.75	2.86
SALVADOR-BA	100.00	100.00	42.81	57.19	20.41	1.57	2.62
SAO LUIS-MA	100.00	100.00	47.88	52.12	21.99	1.11	1.01
SAO PAULO-SP	100.00	100.00	42.35	57.65	18.56	1.45	2.04
TERESINA-PI	100.00	100.00	43.04	56.96	19.73	1.02	1.40
VITORIA-ES	100.00	100.00	43.35	56.65	21.63	1.69	1.54

Fonte: TSE

Perfil dos Leitores do Jornal *O Globo*

O Globo										
Valores em Mil	Geral	Audiência Líquida			Domingo			Dias Úteis		
		Total	Perfil	Penetr.	Total	Perfil	Penetr.	Total	Perfil	Penetr.
Total	8961	1742	100%	19%	1292	100%	14%	860	100%	10%
Sexo										
Masculino	4.175	824	47%	20%	596	46%	14%	403	47%	10%
Feminino	4.786	917	53%	19%	696	54%	15%	456	53%	10%
Classe Social										
Classe A	645	434	25%	67%	372	29%	58%	284	3%	44%
Classe B	2.409	837	48%	35%	670	52%	28%	406	47%	17%
Classe C	3492	324	19%	9%	167	13%	5%	132	15%	4%
Classe DE	2415	146	8%	6%	83	6%	3%	37	4%	2%
Classe AB	3054	1271	73%	42%	1042	81%	34%	691	80%	23%
Classe BC	5901	1161	67%	20%	837	65%	14%	538	63%	9%
Classe Social										
Classe A1	192	145	8%	76%	138	11%	72%	113	13%	59%
Classe A2	453	289	17%	64%	234	18%	52%	172	20%	38%
Classe B1	924	459	26%	50%	385	30%	42%	208	24%	22%
Classe B2	1485	378	22%	25%	285	22%	19%	198	23%	13%
Classe C	3492	324	19%	9%	167	13%	5%	132	15%	4%
Classe D	2270	141	8%	6%	80	6%	4%	36	4%	2%
Classe E	145	5	0%	3%	3	0%	2%	1	0%	1%
Idade										
10 a 19 anos	1744	331	19%	19%	195	15%	11%	143	17%	8%
20 a 29 anos	1791	385	22%	22%	302	23%	17%	237	28%	13%
30 a 39 anos	1620	302	17%	19%	231	18%	14%	142	17%	9%
40 a 49 anos	1540	330	19%	21%	219	17%	14%	117	14%	8%
50 anos ou mais	2265	394	23%	17%	344	27%	15%	222	26%	10%
Escolaridade										
1º Grau	4622	388	22%	8%	224	17%	5%	137	16%	3%
2º Grau	2663	617	35%	23%	448	35%	17%	330	38%	12%
Superior	1266	738	42%	58%	619	48%	49%	392	46%	31%
Renda Familiar										
Até 1 S.M.	653	39	2%	6%	18	1%	3%	16	2%	2%
Até 5 S.M.	3899	392	22%	10%	242	19%	6%	148	17%	4%
5 a 10 S.M.	838	232	13%	28%	161	12%	19%	117	14%	14%
10 a 20 S.M.	314	203	12%	65%	183	14%	58%	95	11%	30%
20 a 30 S.M.	90	44	3%	77%	21	3%	24%	23	3%	25%
Mais de 30 S.M.	67	51	3%	77%	42	3%	64%	42	5%	62%
Não sabe / Não declarou	3753	821	47%	22%	642	50%	17%	436	51%	12%

Fonte: Marplan: 4º Trimestre / 2005

Perfil dos Leitores do Jornal *Zero Hora*

Sexo	%
Homes	47%
Mulheres	53%

Renda familiar mensal	%
Até 5 s.m.	28%
5-10 s.m.	22%
10-20 s.m.	11%
+ 20 s.m.	6%
N.S/N.D	33%

Faixa etária	%
10 a 19 anos	16%
20 a 29 anos	24%
30 a 39 anos	18%

40 a 49 anos	17%
50 e + anos	25%

Estratificação econômica	%
Classe A	19%
Classe B	51%
Classe C	24%
Classe D/E	6%

Grau de instrução	%
Fundamental	28%
Médio	40%
Superior	32%

Fonte: Estudos Marplan 2005

Perfil dos Leitores do Jornal *A Tarde*

Sexo	%
Homes	52%
Mulheres	48%

Estratificação econômica	%
Classe A e B	47%
Classe C	37%
Classe D/E	16%

Faixa etária	%
10 a 29 anos	45%
30 a 49 anos	39%
50 e + anos	16%

Fonte: Ipsos Marplan 2006

Bibliografia

Fontes Primárias

- Jornais *O Globo* (RJ), *A Tarde* (BA) e *Zero Hora* (RS), de 1º de outubro a 20 de outubro de 2005.
- Pesquisas sobre cidadania:
 - *Pesquisa Social Brasileira – Cidadania, participação e instituições políticas: o que pensa o brasileiro?* (Rio de Janeiro, CPDOC-FGV, 2005);
 - *Lei, Justiça e Cidadania: direitos, vitimização e cultura política na Região Metropolitana do Rio de Janeiro* (Rio de Janeiro, CPDOC-FGV/Iser, 1997);
 - *Lei, Justiça e Cidadania: cor, religião, acesso à informação e serviços públicos* (Rio de Janeiro, CPDOC-FGV/Iser, 1998). *Constituição da República Federativa do Brasil*
- Estatuto do Desarmamento – Lei 10.826 de 23 de dezembro de 2003.
- Pesquisas sobre o referendo:
 - Relatório IBOPE Desarmamento (Setembro de 2003)
 - Pesquisa de opinião pública sobre assuntos políticos/administrativos (IBOPE, outubro de 2005)
- Resultado da apuração dos votos do referendo (TSE, 2005)

Livros e artigos

ADORNO, Sérgio. Violência e percepções coletivas. *Tempo e presença*, São Paulo, n. 306, p. 25-28, 1999.

ALDÉ, Alessandra. *A construção da política: democracia, cidadania e meios de comunicação de massa*. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2004.

ANASTASIA, Fátima, INÁCIO, Magna e NOVAIS, Raquel. Referendo e democracia: perdas e ganhos. In: INÁCIO, Magna, NOVAIS, Raquel e ANASTASIA, Fátima (orgs.). *Democracia e referendo no Brasil*. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2006.

ANDERSON, Benedict. *Comunidades imaginadas – reflexões sobre a origem e a expansão do nacionalismo*. Lisboa: Edições 70, 1991.

ARAÚJO, Paulo Magalhães e SANTANA, Luciana. O referendo sobre o comércio de armas – processo decisório, representação política e participação popular na democracia brasileira. In: INÁCIO, Magna, NOVAIS, Raquel e ANASTASIA, Fátima (orgs.). *Democracia e referendo no Brasil*. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2006.

BAERT, Patrick. Algumas limitações das explicações da escolha racional na Ciência Política e na Sociologia. *Rev. bras. Ci. Soc.*, São Paulo, v. 12, n. 35, 1997. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0102-69091997000300005&lng=pt&nrm=iso>. Acesso em: 08 Ago 2006.

BAESSE, Jurema Maria de Souza. O leitor manifesto: perfil das cartas aos jornais. *Comunicação e Espaço Público*, s/l, v. 5, n. 1, p. 73-82, 2005.

BANDEIRA, Antônio Rangel e BOURGOIS, Josephine. *Armas de fogo: guia prático – 100 perguntas e respostas: prepare-se para o referendo popular*. Rio de Janeiro: A. Rangel Torres Bandeira, 2005.

BAQUERO, Marcelo. “Cultura política participativa e desconsolidação democrática – reflexões sobre o Brasil contemporâneo”. *São Paulo em Perspectiva*, 15 (4), 2001.

BATISTA, Nilo. Política criminal com derramamento de sangue. *Revista Brasileira de Ciências Criminais*. São Paulo: IBCCRIM/Revista dos Tribunais, n. 20, 1997.

BATISTA, Vera Malaguti. *O medo na cidade do Rio de Janeiro: dois tempos de uma história*. Rio de Janeiro: Revan, 2003.

BAUMAN, Zygmunt. *O mal-estar da pós-modernidade*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 1998.

BENDIX, Reinhard. *Construção nacional e cidadania: estudos de nossa ordem social em mudança*. São Paulo: Edusp, 1996.

BENEVIDES, Maria Vitória. *Teoria e Debate*. São Paulo: Fundação Perseu Abramo, n. 39, out./nov./dez. 1998. Entrevista a José Corrêa Leite.

_____. *Educação para a Democracia*. In: Conferência proferida no âmbito do concurso para Professor Titular em Sociologia da Educação na FEUSP, 1996. Disponível

em: <http://www.hottopos.com/notand2/educacao_para_a_democracia.htm>. Acesso em: 21 de abril 2006.

_____. Nós o povo: reformas políticas para radicalizar a democracia. In: BENEVIDES, Maria Vitória, VANNUCHI, Paulo e KERCHE, Fábio (orgs.). *Reforma política e cidadania*. São Paulo: Editora Perseu Abramo, 2003.

_____. *A cidadania ativa – referendo, plebiscito e iniciativa popular*. São Paulo: Àtica, 1996.

BORBA, Julian. “Cultura política, ideologia e comportamento eleitoral: alguns apontamentos teóricos sobre o caso brasileiro”. *Opinião Pública*: Campinas, vol. XI, nº 1, Março, 2005, p. 147-168.

BRESCIANI, Maria Stella. Cidade e história. In: OLIVEIRA, Lúcia Lippi (org.) *Cidade: história e desafios*. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2002.

BRAGA, José Luiz. *Cartas de leitores como dispositivo social crítico*. Trabalho submetido ao NP 02 – Jornalismo, do IV Encontro dos Núcleos de Pesquisa da Intercom. 2004.

CARVALHO, José Murilo de. *Cidadania no Brasil: o longo caminho*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2005.

_____. “Cidadania: tipos e percursos”. *Estudos Históricos*, Rio de Janeiro: CPDOC, n. 18, 1996.

_____. *Os bestializados: o Rio de Janeiro e a república que não foi*. São Paulo. Companhia das Letras. 1987.

_____. A revolução da cidadania: em busca de uma República democrática. *Estudos e Pesquisas*, Rio de Janeiro: INAE – Instituto Nacional de Altos Estudos, n. 136, 2006.

CASTRO, Henrique Carlos de Oliveira. *Cultura política, democracia e hegemonia: uma tentativa de explicação do comportamento político não-democrático*. 1980. Disponível em: <<http://www.artnet.com.br/~gramsci/arquiv67.htm>> Acesso em 2 set. 2007.

CASTRO, Maria Ceres Pimenta Spínola. Mídia e política: controversas relações. In: INÁCIO, Magna, NOVAIS, Raquel e ANASTASIA, Fátima (orgs.). *Democracia e referendo no Brasil*. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2006.

COMPARATO, Fábio Konder. Soberania de Quem? *Carta Capital*, São Paulo, Editora Confiança, n. 364, p.33, 19 out. 2005.

CORREA, Izabela e NUNES, Felipe. Democracia, Poder Legislativo e mecanismos institucionais participativos. In: INÁCIO, Magna, NOVAIS, Raquel e ANASTASIA, Fátima (orgs.). *Democracia e referendo no Brasil*. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2006.

CUNHA, Christina Vital da. “Referendo das armas”: propaganda televisiva e percepções da população. In: MOTA, Maria Aparecida Rezende e CRESPO, Samyra (orgs.). *Referendo – do Sim ao Não – uma experiência da democracia brasileira*. Rio de Janeiro: ISER, n. 62, ano 25, 2006.

DAMATTA, Roberto. *O que faz o Brasil, Brasil?* Rio de Janeiro: Editora Rocco, 1984.

_____ *Carnavais, Malandros e Heróis*. Rio de Janeiro: Editora Rocco, 1997.

_____ *A casa e a rua*. Rio de Janeiro: Editora Guanabara, 1987.

DELEUZE, Gilles. *Conversações: 1972-1990*. Rio de Janeiro: Ed. 34, 1992, p. 219-226.

ECKERT, Cornelia. *A cultura do medo e as tensões do viver a cidade: narrativa e trajetória de velhos moradores de Porto Alegre*. Iluminuras. Série do Banco de Imagens e Efeitos Visuais, número 18. Porto Alegre: BIEV, PPGAS/UFRGS, 2003.

_____ “Cultura do medo e cotidiano dos idosos porto-alegrenses”. *Revista Brasileira de Sociologia da Emoção*, 2003, v.2, n.4, pp.34 a 71, <http://www.rbse.org3.net>

FERRAZ, Sonia Maria Taddei. Arquitetura da violência: morar com medo nas cidades. Quem tem medo de que e de quem nas cidades brasileiras? *RBSE. Revista Brasileira de Sociologia da Emoção*, Brasil, v. 5, p. 54-84, 2006.

FERREIRA, Aurélio Buarque de Holanda. *Novo dicionário Aurélio da língua portuguesa*. 2ª edição. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1996.

FOUCAULT, Michel. *Microfísica do poder*. Rio de Janeiro: Edições Graal, 5ª ed., 1985.

FUCKS, Mário e PAIVA, Daniela. Persuasão e deliberação sobre políticas públicas – a propaganda política no “referendo das armas”. In: INÁCIO, Magna, NOVAIS, Raquel e ANASTASIA, Fátima (orgs.). *Democracia e referendo no Brasil*. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2006.

GLASSNER, Barry. *Cultura do medo: Quem lucra com a paranóia diante da violência?* São Paulo: Editora francis, 2003.

GOHN, Maria da Glória. *Educação não-formal e cultura política: impactos sobre o associativismo do terceiro setor (2ª edição)*. São Paulo: Cortez, 2001.

GOLDMAN, Elisa. *Cultura Personalista como Herança Colonial em Raízes do Brasil*. S/l, s/d. Disponível em: <<http://www.educacaopublica.rj.gov.br/biblioteca/historia/hist02a.htm>>. Acesso em: 21 de abril 2006.

GOMES, Ângela de Castro. A política brasileira em busca da modernidade. In: SCHWARCZ, Lília Moritz (org.). *História da Vida Privada no Brasil (volume 4)*. Rio de Janeiro: Companhia das Letras, 1998.

_____ *Cidadania e direitos do Trabalho*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 2002.

_____ Venturas e desventuras de uma república de cidadãos. In: ABREU, Martha (org.). *Ensino de História*. Rio de Janeiro: Casa da Palavra, 2003.

_____ História, historiografia e cultura política. In: SOIHET, Rachel; BICALHO, Maria F; GOUVÊA, Maria (orgs.). *Culturas Políticas - ensaios de história cultural, história política e ensino de história*. Rio de Janeiro: Mauad, 2005.

GOUVÊA, Maria de Fátima e SANTOS, Marília Nogueira dos. Cultura política na dinâmica das redes imperiais portuguesas, séculos XVII e XVIII. In: ABREU, Martha, SOIHET, Rachel e GONTIJO, Rebeca (orgs.). *Cultura política e leituras do passado: historiografia e ensino de história*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2007.

GRYNSZPAN, Mário. Acesso e Recurso à Justiça no Brasil: algumas questões. In: PANDOLFI, Dulce Chaves (et. al.). *Cidadania, Justiça e Violência*. Rio de Janeiro: Editora Fundação Getúlio Vargas, 1999.

HOLANDA, Sérgio Buarque de. *Raízes do Brasil*. São Paulo: Companhia das Letras, 1999.

HALL, Stuart. *A identidade cultural na pós-modernidade*. Rio de Janeiro: DP&A, 2004.

INÁCIO, Magna. Implementando a agenda presidencial? A participação do Poder Executivo no referendo sobre as armas. In: INÁCIO, Magna, NOVAIS, Raquel e ANASTASIA, Fátima (orgs.). *Democracia e referendo no Brasil*. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2006.

KUSCHNIR, Karina e CARNEIRO, Leandro Piquet. “As dimensões subjetivas da política: cultura política e antropologia política”. *Estudos Históricos*, Rio de Janeiro: CPDOC, n. 24, 1999/2.

LEAL, Rita de Cássia Souza. *Novas tecnologias e monitoração: a cultura do medo legitimando o controle*. Trabalho apresentado ao NP 08 – Tecnologias da Informação e da Comunicação, do XXVIII Encontro dos Núcleos de Pesquisa da Intercom. 2005.

LEFEBVRE, Georges. *O grande medo de 1789: os camponeses e a Revolução Francesa*. Rio de Janeiro: Campus, 1979.

LEITE, Márcia Pereira. Entre o individualismo e a solidariedade: dilemas da política e da cidadania no Rio de Janeiro. *Revista Brasileira de Ciências Sociais*, São Paulo, v. 15, n. 44, p. 73-90, 2000.

LEMGRUBER, Julita. Os números da violência. In: *Reflexões sobre a violência urbana: (In) segurança e (Des)esperanças*. FEGHALI, Jandira; MENDES, Candido; e LEMGRUBER, Julita (orgs.). Rio de Janeiro: Mauad X, 2006.

LISSOVSKY, Maurício. A campanha na tevê e a desventura do Sim que era Não. In: MOTA, Maria Aparecida Rezende e CRESPO, Samyra (orgs.). *Referendo – do Sim ao Não – uma experiência da democracia brasileira*. Rio de Janeiro: ISER, n. 62, ano 25, 2006.

MARSHALL, T. H. *Cidadania, classe social e status*. Rio de Janeiro: Zahar, 1967.

MISSE, Michel. A violência como sujeito difuso. In: *Reflexões sobre a violência urbana: (In) segurança e (Des)esperanças*. FEGHALI, Jandira; MENDES, Candido; e LEMGRUBER, Julita (orgs.). Rio de Janeiro: Mauad X, 2006.

MOISÉS, José Álvaro. *Cidadania e participação – ensaio sobre o plebiscito, o referendo e a iniciativa popular na nova Constituição*. São Paulo: Editora Marco Zero, 1990.

MONDAINI, Marco. O respeito aos direitos dos indivíduos. In: PINSKY, Jaime e PINSKY, Carla Bassanezi (orgs.). *História da Cidadania*. São Paulo: Contexto, 2003.

MORAES, Dênis. *Notas sobre o imaginário social e hegemonia cultural*. Disponível em: <<http://www.artnet.com.br/~gramsci/arquiv67.htm>> Acesso em 2 set. 2007.

MORAIS, David. *Espaços públicos – violência e medo na cidade do Rio de Janeiro*. Rio de Janeiro: Núcleo de Estudos sobre Segurança e Política Criminal / Databrasil Ensino e Pesquisa / Universidade Cândido Mendes. Documento de trabalho n. 13, 2003. Mimeo.

MOTA, Maria Aparecida Rezende e CRESPO, Samyra (orgs.). *Referendo – do Sim ao Não – uma experiência da democracia brasileira*. Rio de Janeiro: ISER, n. 62, ano 25, 2006.

MOTA, Maria Aparecida Rezende. O referendo de outubro/2005: das conquistas plurais à derrota singular. In: MOTA, Maria Aparecida Rezende e CRESPO, Samyra (orgs.). *Referendo – do Sim ao Não – uma experiência da democracia brasileira*. Rio de Janeiro: ISER, n. 62, ano 25, 2006.

OLIVEN, Ruben George. *A Parte e o todo: a diversidade cultural no Brasil-nação*. Petrópolis: Vozes, 1992.

PACHECO, Ricardo de Aguiar. “Cidadania e Identidade social: uma aproximação teórica para o entendimento das representações e práticas políticas”. *MNEME - Revista de Humanidades*. Rio Grande do Norte: UFRN - CERES, v.2, n.3, fev./mar. 2001. Disponível em: < <http://www.seol.com.br/mneme/ed3/012-p.htm>>. Acesso em: 21 de abril 2006.

PANDOLFI, Dulce Chaves. Percepção da Cidadania e Participação Política. In: PANDOLFI, Dulce Chaves (et. al.). *Cidadania, Justiça e Violência*. Rio de Janeiro: Editora Fundação Getúlio Vargas, 1999.

PINSKY, Jaime. Introdução. In: PINSKY, Jaime e PINSKY, Carla Bassanezi (orgs.). *História da Cidadania*. 2 ed. São Paulo: Contexto, 2003.

RENNÓ, Lúcio. Teoria da Cultura Política: vícios e virtudes. *BIB*, Rio de Janeiro, v. 45, n. 1, p. 71-93, 1998.

ROCHA, Ana Luiza Carvalho da e ECKERT, Cornelia. O porto pouco seguro: estudo da cultura do medo em Porto Alegre. Porto Alegre: Banco de Imagens e Efeitos Visuais, PPGAS/UFRGS, 2005.

ROSAVALLON, Pierre. *A nova questão social: repensando o Estado Providência*. Brasília: Instituto Teotônio Vilela, 1998.

SANTHIAGO, Ricardo. Mídia e interação: quem acredita nas cartas do leitor? Disponível em: <<http://observatorio.ultimosegundo.ig.com.br/artigos.asp?cod=284JDB004>> Acesso em 2 set. 2007.

SANTOS, Wanderley Guilherme dos. *Cidadania e Justiça, a política social na ordem brasileira*. Rio de Janeiro: Campus, 1979.

_____ *Razões da desordem*. Rio de Janeiro: Rocco, 1993.

SINGER, Paul. A cidadania para todos. In: PINSKY, Jaime e PINSKY, Carla Bassanezi (orgs.). *História da Cidadania*. 2 ed. São Paulo: Contexto, 2003.

SOARES, Gláucio Dillon. Prefácio. In: INÁCIO, Magna, NOVAIS, Raquel e ANASTASIA, Fátima (orgs.). *Democracia e referendo no Brasil*. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2006.

WACQUANT, Loïc. Raízes do medo do outro na sociedade urbana. In: BATISTA, Vera Malaguti. *O medo na cidade do Rio de Janeiro: dois tempos de uma história*. Rio de Janeiro: Revan, 2003.

Páginas da internet

www.camara.gov.br

www.senado.gov.br

www.tse.gov.br

www.soudapaz.org

www.vivario.org.br

www.ibope.com.br